



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA GESTÃO – 2022

Tribunal de Justiça



**Estado do Ceará
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça**

Fortaleza, maio de 2023



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

SUMÁRIO

1	DESCRIÇÃO GERAL	03
2	MISSÃO	06
3	FINALIDADE	06
4	COMPETÊNCIAS	06
5	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	07
6	AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL	08
7	INDICADORES DE GESTÃO E DESEMPENHO	30
8	RESULTADOS DO PPA 2020-2023	44
9	QUADRO DE PESSOAL	53
10	RECURSOS PATRIMONIAIS	54
11	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS	55
12	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO	58
13	ANEXO	59



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

DESCRIÇÃO GERAL, MISSÃO, FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

1 DESCRIÇÃO GERAL

A depender do campo de atuação, o Judiciário brasileiro se divide em cinco segmentos: Justiça Federal, Estadual, Eleitoral, Trabalhista e Militar.

Os cinco segmentos do Poder Judiciário nacional, podem, ainda, ser analisados sob a perspectiva da seguinte classificação: Justiças especializadas e Justiça comum. As especializadas referem-se à Justiça Trabalhista, Eleitoral e Militar, estando suas competências previstas, respectivamente, nos artigos 114, 121 e 124 da Constituição Federal. A Justiça comum subdivide-se em Justiça Federal e Justiça Estadual. A Justiça Federal atua na solução de conflitos de interesse da União, de suas autarquias e empresas públicas federais. Já a Justiça Comum Estadual possui competência residual, ou seja, resolve os conflitos não abrangidos pela Justiça Federal. Envolve, portanto, matérias cíveis, criminais, de família, do consumidor, de sucessões, de falências e recuperações judiciais (antigas concordatas), da infância e juventude, entre outras.

No Estado do Ceará, o Poder Judiciário é identificado pelas seguintes unidades:

1.1 Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

O Tribunal de Justiça é o órgão do Poder Judiciário com atuação em todo o território cearense e com a devida competência para decidir, via de regra, em 2º grau de jurisdição, as questões relativas à Justiça Comum Estadual. O Tribunal de Justiça, por maioria absoluta dos seus membros efetivos e por votação secreta, elege, dentre os desembargadores mais antigos, os ocupantes dos cargos de direção, cujos mandatos são de dois anos. Os três desembargadores mais votados ocupam, respectivamente, os cargos de Presidente, Vice-Presidente e de Corregedor-Geral da Justiça.

1.2 Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará

De acordo com o artigo 39 do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

Ceará (Lei Estadual nº 16.397/2017, alterada pela Lei Estadual nº 17.743/2021), "a Corregedoria Geral da Justiça, órgão de fiscalização, disciplina e orientação administrativa, será exercida em todo o Estado por um desembargador com denominação de Corregedor-Geral da Justiça". A Corregedoria também se responsabiliza por orientar, disciplinar e fiscalizar a administração da Justiça de 1º grau, zelando pela eficiente prestação jurisdicional ao cidadão cearense.

No exercício de suas missões institucionais, são realizadas correições – gerais ou parciais – e inspeções nas comarcas e nas serventias judiciais e extrajudiciais da Capital e do Interior do Estado. As inspeções das serventias extrajudiciais ocorrem sobre os cartórios. No período correicional, é verificado se as varas judiciais e os cartórios prestam um serviço satisfatório à comunidade.

Também são funções da Corregedoria: apurar procedimentos administrativos contra juízes e, se necessário, remetê-los ao Tribunal Pleno; desenvolver ações voltadas para a melhoria dos serviços da Justiça e, ainda, orientar magistrados e servidores na busca de uma prestação jurisdicional mais célere e efetiva.

1.3 Fórum Clóvis Beviláqua

No Fórum da Capital – Clóvis Beviláqua – funcionam, atualmente, 125 varas. Desse total, observa-se uma distribuição em diversas competências judiciais, quais sejam: Família, Cível, Sucessões, Fazenda Pública, Recuperação de Empresas e Falências, Registros Públicos, Execuções Fiscais e Crimes contra a Ordem Tributária, da Infância e da Juventude, Criminal, Júri, Delitos de Tráficos de Drogas, Delitos de Organizações Criminosas, Execuções de Penas Alternativas e Habeas Corpus, Execuções Criminais e Juízo Militar.

1.4 Fóruns das Comarcas do Interior

O Poder Judiciário está presente em todos os 184 Municípios do Estado do Ceará, ao todo são 105 Comarcas Sede e 229 unidades judiciárias. As Comarcas do Judiciário cearense são classificadas em três entrâncias: inicial, intermediária e final.

1.5 Juizados Especiais Cíveis e Criminais (JECCs)



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais são regidos pela Lei Federal nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 e pela Lei Estadual nº 12.553, de 27 de dezembro de 1995. Foram criados no intuito de dar agilidade às soluções de conflitos, contribuindo para o descongestionamento da Justiça. Atingem as demandas de menor complexidade, denominadas de "pequenas causas".

Os Juizados Especiais possuem competência para processar e julgar causas cíveis de até quarenta salários mínimos e infrações de menor potencial ofensivo, assim consideradas as contravenções penais e os crimes para os quais a lei prevê pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa.

Na Comarca de Fortaleza, existem 24 (vinte e quatro) Juizados Especiais Cíveis e Criminais. Já no restante do Estado, outras 10 (dez) unidades de Juizados Especiais Cíveis e Criminais podem ser encontradas nas comarcas de Caucaia, Crato, Iguatu, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Quixadá e Tauá.

1.6 Fórum das Turmas Recursais

O Fórum das Turmas Recursais – Professor Dolor Barreira – é composto por seis unidades (turmas), cada uma delas formada por três juízes de direito, sendo três delas provisórias com vistas a esforço concentrado para redução do acervo processual. São competentes para julgar os recursos interpostos no âmbito dos processos que tramitam em qualquer dos Juizados instalados no Estado do Ceará, funcionando como o 2º grau de jurisdição em tais demandas.

1.7 Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec)

A Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará, criada pela Lei Estadual nº 11.203, de 17 de junho de 1986, destina-se à preparação e ao aperfeiçoamento acadêmico de magistrados e servidores do Poder Judiciário cearense. Cuida-se de um órgão auxiliar e permanente do Tribunal de Justiça do Estado, credenciado ao Conselho de Educação do Ceará para oferecer cursos de pós-graduação (especializações). A Esmec se ocupa da formação, reciclagem e permanente atualização dos magistrados e servidores, estimulando a pesquisa e o debate jurídico de temas relevantes.



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

2 MISSÃO

O Poder Judiciário do Estado do Ceará tem como missão precípua, expressa nos termos do Plano Estratégico 2021-2030, aprovado em fevereiro de 2021 pelo Órgão Especial, “*garantir direitos para realizar justiça no Ceará*”.

3 FINALIDADE

O Poder Judiciário possui por função típica a prestação da atividade jurisdicional, que consiste na capacidade de solucionar casos e conflitos concretos, interpretando e aplicando as regras constitucionais e as leis. A Constituição de 1988 conferiu ao Judiciário importante papel na concretização do Estado Democrático de Direito, na medida em que a sua principal finalidade reside na proteção da ordem constitucional e dos direitos fundamentais, com o objetivo de se alcançar uma sociedade livre, justa e solidária.

4 COMPETÊNCIAS

A Justiça Comum Estadual possui competência residual, ou seja, resolve os conflitos não abrangidos pela Justiça Federal (solução de conflitos de interesse da União, de suas autarquias e empresas públicas federais). Envolve, portanto, matérias cíveis, criminais, de família, do consumidor, de sucessões, de falências e recuperações judiciais (antigas concordatas), da infância e juventude, entre outras.

As competências do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará estão previstas nos artigos 102 e 108 da Constituição do Estado do Ceará e nos artigos 32 a 36 da Lei 12.342/94 (Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará).



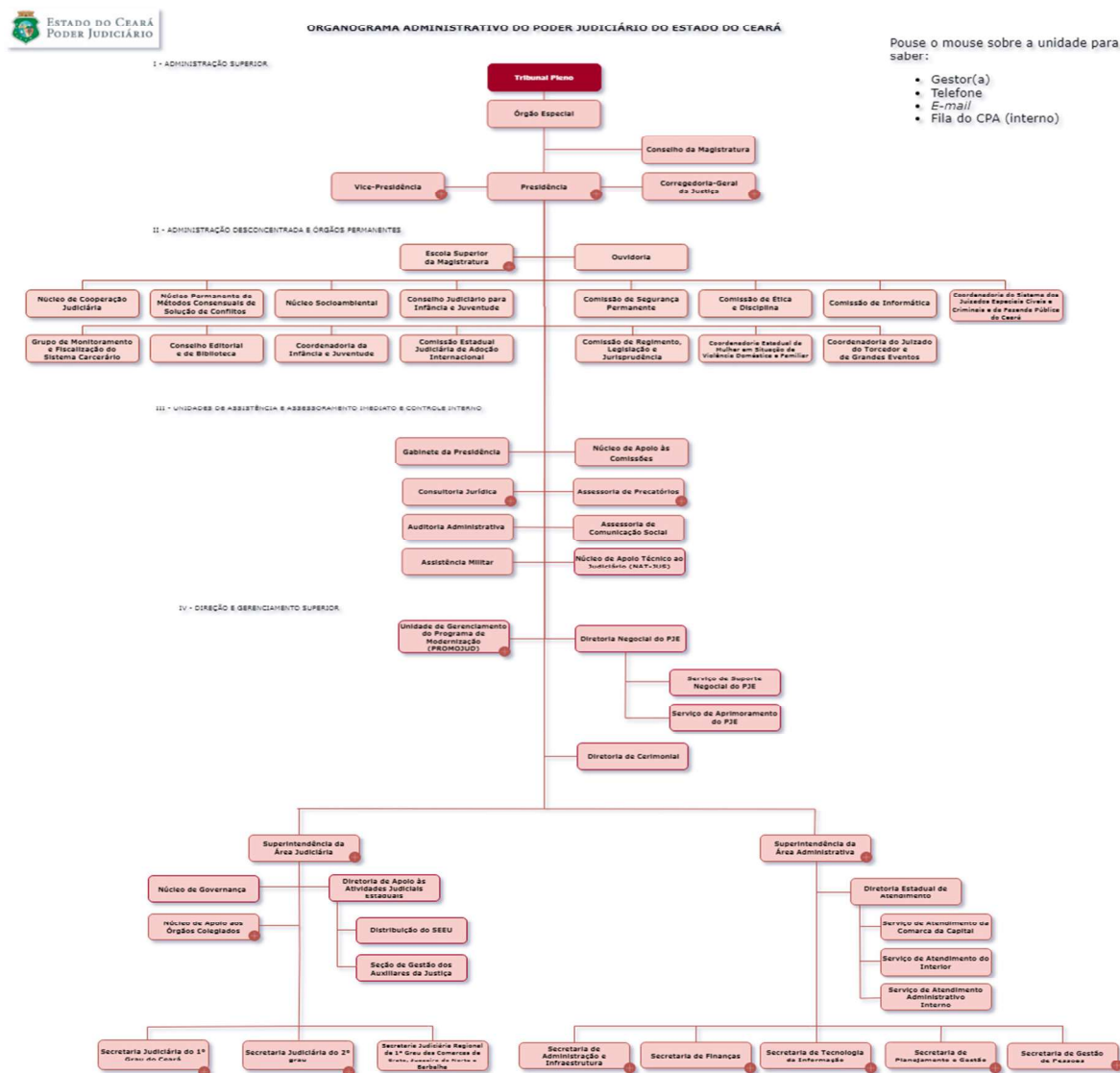
**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional reflete o descrito na Lei Estaduais nº 16.208, de 3 de abril de 2017, alterada pela nº 16.505, de 22 de fevereiro de 2018 e complementada pelas Resoluções do Pleno do TJCE que versam sobre reestruturações administrativas.

Recomenda-se a visualização do Organograma Administrativo do Poder Judiciário do Estado do Ceará na versão em .html disponível no seguinte link:
<https://www.tjce.jus.br/institucional/organogramas-e-competencias/>





Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

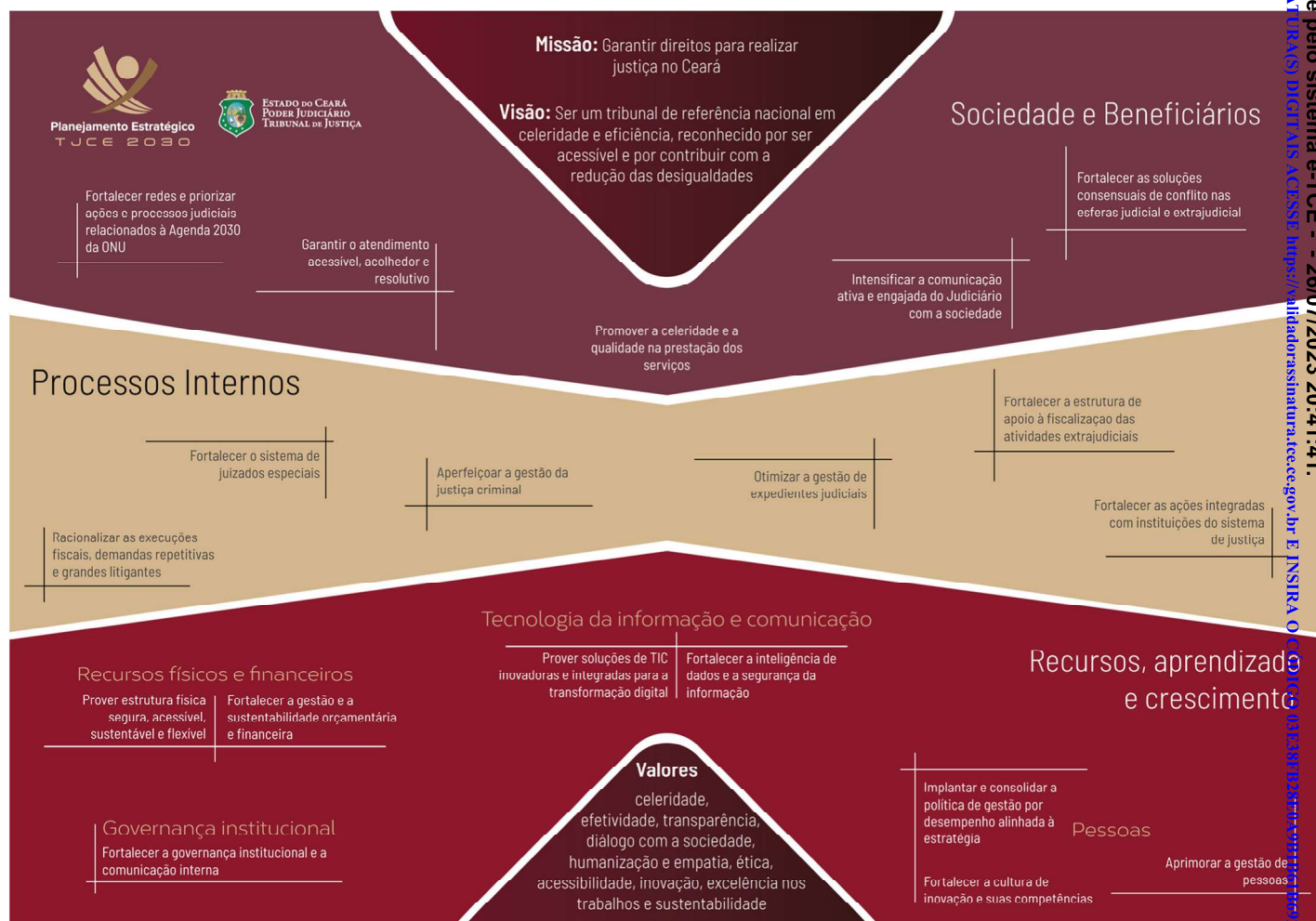
AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL

O Plano Estratégico do TJCE 2021-2030 foi aprovado pela Resolução do Órgão Especial nº 07, de 18 de fevereiro de 2021. A construção do Plano contou com a realização de 13 (treze) oficinas colaborativas, divididas entre 3 (três) etapas: Diagnóstico e análise organizacional, Formulação Estratégica e Alinhamento Estratégico, as quais contaram com a participação de mais de cinquenta integrantes do Poder Judiciário, dentre eles magistrados de primeiro e segundo grau e servidores, cujas deliberações foram validadas pela presidência e vice-presidência do TJCE, Corregedoria Geral de Justiça, Escola da Magistratura do Ceará, Juízes Auxiliares e as Superintendências Administrativa e Judiciária.

Seguindo a metodologia *Balanced Scorecard*, o Plano Estratégico do Judiciário cearense 2021-2030 é representado por meio do Mapa Estratégico do Poder Judiciário, o qual apresenta 19 (dezenove) objetivos balanceados em 3 (três) perspectivas (Recursos, Aprendizado e Crescimento; Processos Internos; Sociedade e Beneficiários). O acompanhamento da execução dos projetos, das metas e dos indicadores do Plano Estratégico 2021-2030 é competência da Secretaria de Planejamento e Gestão do TJCE.



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça



I - Missão: Garantir direitos para realizar justiça no Ceará.

II - Visão: Ser um tribunal de referência nacional em celeridade e eficiência, reconhecido por ser acessível e por contribuir com a redução das desigualdades.

III - Valores:

- Celeridade;
- Efetividade;
- Transparência;
- Diálogo com a sociedade;
- Humanização e empatia;
- Ética;
- Acessibilidade;
- Inovação;
- Excelência nos trabalhos; e



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

- Sustentabilidade.

IV – Objetivos estratégicos distribuídos em três perspectivas:

a) Sociedade e Beneficiários:

1. Fortalecer redes e priorizar ações e processos judiciais relacionados à Agenda 2030 da ONU;
2. Garantir o atendimento acessível, acolhedor e resolutivo;
3. Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços;
4. Intensificar a comunicação ativa e engajada do Judiciário com a sociedade;
5. Fortalecer as soluções consensuais de conflito nas esferas judicial e extrajudicial.

b) Processos Internos:

1. Racionalizar as execuções fiscais, demandas repetitivas e grandes litigantes;
2. Fortalecer o sistema de juizados especiais;
3. Aperfeiçoar a gestão da justiça criminal;
4. Otimizar a gestão de expedientes judiciais;
5. Fortalecer a estrutura de apoio à fiscalização das atividades extrajudiciais;
6. Fortalecer as ações integradas com instituições do sistema de justiça.

c) Recursos, Aprendizado e Crescimento:

1. Fortalecer a governança institucional e a comunicação interna;
2. Prover estrutura física segura, acessível, sustentável e flexível;
3. Fortalecer a gestão e a sustentabilidade orçamentária e financeira;
4. Prover soluções de TIC inovadoras e integradas para a transformação digital;
5. Fortalecer a inteligência de dados e a segurança da informação;
6. Implantar e consolidar a política de gestão por desempenho alinhada à estratégia;
7. Fortalecer a cultura de inovação e suas competências;
8. Aprimorar a gestão de pessoas.

V - Fichas de Indicadores (Plano Estratégico 2021 – 2030)

Indicador 01: Sentenças por casos novos	
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços.
Descrição do indicador	O indicador mensura a quantidade de julgamentos de processos de conhecimento em relação à quantidade de casos novos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.
Frequência de medição	Mensal
Como medir	(sentenças proferidas / casos novos) x 100
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

Linha de base	105,50% (2019)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, o percentual de 115,76% entre processos julgados e processos distribuídos.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	106,55%	109,20%	110,27%	111,35%	113,54%	115,76%
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral de Justiça					

Indicador 02: Índice de atendimento à demanda						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços.					
Descrição do indicador	Mede a relação entre o número de processos baixados e o número de casos novos no mesmo período.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$(\text{número de processos baixados} / \text{número de casos novos}) \times 100$					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	110,03% (2019)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, o percentual de 126,04% de relação entre o número de processos baixados e o número de processos novos.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	113,05%	118,90%	120,07%	121,24%	123,62%	126,04%
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral de Justiça					

Indicador 03: Sentenças por magistrado	
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços.
Descrição do indicador	Mede a relação entre o volume de sentenças proferidas e o número de magistrados que atuaram no período.
Frequência de medição	Mensal
Como medir	$(\text{Número de sentenças} / \text{número de magistrados})$



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	1.126 (2020)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, o índice médio de 1.325,92 sentenças para cada magistrado.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	1.172	1.231	1.236	1.249	1.286	1.325
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral de Justiça					

Indicador 04: Índice de Produtividade por Magistrado (IPM)						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços.					
Descrição do indicador	Mede a relação entre o volume de processos baixados e o número de magistrados que atuaram no período.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	(Número de processos baixados / número de magistrados)					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	1.164 (2020)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, o quantitativo médio de 1.504 processos baixados por magistrado.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	1.164	1.195	1.240	1.300	1.392	1.504
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral de Justiça					

Indicador 05: Taxa de congestionamento	
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços.
Descrição do indicador	Mede o percentual de processos que não são finalizados no ano.
Frequência de medição	Mensal



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

Como medir	Pendentes de baixa / (pendentes de baixa + total de baixados)					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	70,10% (2020)					
Descrição da Meta	Reduzir, até 2026, a taxa de congestionamento do TJCE, para 59,80%.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	69,93%	68,73%	67,23%	65,23%	62,63%	59,80%
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral de Justiça					

Indicador 06: Índice de unidades judiciárias certificadas no modelo "+ Gestão"						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de unidades judiciárias aderentes ao modelo de gestão da qualidade "+ Gestão" em cada ciclo anual.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	(Unidades judiciárias certificadas no ciclo anual / Total de unidades judiciárias) x 100 Obs: Valores não cumulativos.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	1,0% (2020)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, o percentual de 10,2% das unidades certificadas em ciclo anual do "+Gestão"					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	2,3%	4,5%	6,8%	7,9%	9,0%	10,2%
Gestor das Metas	Secretaria de Planejamento e Gestão					

Indicador 07: Índice de satisfação com o atendimento	
Objetivo Estratégico	Garantir o atendimento acessível, acolhedor e resolutivo



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

Descrição do indicador	Mede o grau de satisfação do cidadão com o atendimento prestado pelas unidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	Média dos resultados positivos na seção “atendimento” das pesquisas respondidas.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	66% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 81% de satisfação da sociedade com relação ao atendimento prestado pelo TJCE.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	68%	70%	73%	76%	81%
Gestor das Metas	Diretoria Estadual de Atendimento					

Indicador 08: Índice de transparência						
Objetivo Estratégico	Intensificar a comunicação ativa e engajada do Judiciário com a sociedade					
Descrição do indicador	Mede o desempenho do TJCE no prêmio CNJ de Qualidade no eixo de transparência.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	(Total de pontos concedidos / Total de pontos possíveis) x 100					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento, Ouvidoria, Assessoria de Comunicação Social, Secretaria de Tecnologia da Informação, Secretaria de Finanças, Comissão Permanente de Contratação, Coordenadoria Central de Contratos e Convênios, Secretaria de Gestão de Pessoas, Auditoria Interna, Núcleo Socioambiental					
Linha de base	65,0% (2020)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, o percentual de 90% de pontos possíveis no prêmio CNJ de Qualidade no eixo transparência.					



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Metas anuais	75,0%	79,2%	83,3%	85,8%	87,5%	90,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Planejamento e Gestão					

Indicador 09: Índice de qualidade e efetividade da comunicação ativa do Judiciário						
Objetivo Estratégico	Intensificar a comunicação ativa e engajada do Judiciário com a sociedade					
Descrição do indicador	Mede a satisfação do público externo com a comunicação ativa do Poder Judiciário do Estado do Ceará.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	Média dos resultados positivos na pesquisa de satisfação com a comunicação externa.					
Responsável pelos dados	Assessoria de Comunicação Social					
Linha de base	Linha de base será calculada em 2022					
Descrição da Meta	A definir					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	Criar e aplicar pesquisa voltada à avaliação da comunicação externa.	-	-	-	-
Gestor das Metas	Assessoria de Comunicação Social					

Indicador 10: Percentual de cumprimento do projeto estratégico “Implantação da Rede Institucional ODS 2030”	
Objetivo Estratégico	Fortalecer redes e priorizar ações e processos judiciais relacionados à Agenda 2030 da ONU



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

Descrição do indicador	Avalia se as entregas previstas no escopo do projeto estratégico “Implantação da Rede Institucional ODS 2030” foram entregues conforme planejamento.					
Frequência de medição	Trimestral					
Como medir	(Total de atividades do realizadas no período / Total de atividades do projeto planejadas para o período) x 100					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	N/D					
Descrição da Meta	Alcançar, anualmente, o percentual de 90% de entregas concluídas no projeto estratégico “Implantação da Rede Institucional ODS 2030”. Obs: Indicador válido até 2022.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	90%	90%	-	-	-	-
Gestor das Metas	Secretaria de Planejamento e Gestão					

Indicador 11: Índice de efetividade das inspeções extrajudiciais	
Objetivo Estratégico	Fortalecer a estrutura de apoio à fiscalização das atividades extrajudiciais
Descrição do indicador	Mede o percentual de efetividade das inspeções extrajudiciais realizadas pelos Juízes Corregedores Permanentes em conformidade com os provimentos ou sistemas informatizados no que diz respeito às inconformidades relatadas nas inspeções extrajudiciais que são resolvidas.
Frequência de medição	Anual
Como medir	(total de inconsistências informadas como resolvidas em relatórios finais de inspeção do período / total de inconsistências informadas nos relatórios iniciais de inspeção do período) x 100
Responsável pelos dados	Corregedoria-Geral da Justiça



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

Linha de base	77,4% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 90% de efetividade das inspeções extrajudiciais.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	78%	80%	83%	87%	90%
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral da Justiça					

Indicador 12: Índice de governança em gestão de pessoas						
Objetivo Estratégico	Fortalecer a governança institucional e a comunicação interna					
Descrição do indicador	Mede o aprimoramento da Gestão de Pessoas por meio da implantação de práticas de governança em gestão de pessoas (instrumento de avaliação GovPessoas).					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	% de atendimento ao questionário Gov Pessoas					
Responsável pelos dados	Secretaria de Gestão de Pessoas					
Linha de base	61% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 90% de atendimento ao questionário GovPessoas.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	70%	75%	80%	85%	90%
Gestor das Metas	Secretaria de Gestão de Pessoas					

Indicador 13: Índice de governança do Judiciário	
Objetivo Estratégico	Fortalecer a governança institucional e a comunicação interna
Descrição do indicador	Mede o desempenho do TJCE no prêmio CNJ de Qualidade no eixo de governança.
Frequência de medição	Anual



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

Como medir	(Total de pontos concedidos / Total de pontos possíveis) x 100					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	75% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, o percentual de 90% de pontos possível no eixo de governança no prêmio CNJ de qualidade.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	77%	80%	83%	86%	90%
Gestor das Metas	Secretaria de Planejamento e Gestão					

Indicador 14: Índice de atendimento às recomendações e determinações dos controles interno e externo						
Objetivo Estratégico	Fortalecer a governança institucional e a comunicação interna					
Descrição do indicador	Mede o percentual de aderência das unidades às recomendações do controle interno e às determinações/recomendações do controle externo.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	(número de recomendações e determinações atendidas no ano / número total de recomendações e determinações realizadas no ano anterior) x 100					
Responsável pelos dados	Auditoria Interna					
Linha de base	61,47% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, o percentual de 70% de aderência das unidades às recomendações do controle interno e às determinações/recomendações do controle externo.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	62%	64%	66%	68%	70%
Gestor das Metas	Auditoria Interna					



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

Indicador 15: Índice de satisfação com a comunicação interna						
Objetivo Estratégico	Fortalecer a governança institucional e a comunicação interna					
Descrição do indicador	Avalia o nível de satisfação do público interno com a comunicação institucional.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	Média dos resultados positivos (avaliações positivas “ótimo” ou “bom”) das pesquisas de satisfação com a comunicação interna respondidas.					
Responsável pelos dados	Assessoria de Comunicação Social					
Linha de base	75,95% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, o percentual de 81% de satisfação com a comunicação interna.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	76%	77%	79%	80%	81%
Gestor das Metas	Assessoria de Comunicação Social					

Indicador 16: Índice de conclusão do Ciclo de Avaliação de Desempenho						
Objetivo Estratégico	Implantar e consolidar a política de gestão por desempenho alinhada à estratégia					
Descrição do indicador	Mede o percentual de servidores aptos avaliados no ciclo de avaliação de desempenho.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	$(\text{Número de servidores que concluíram todas as etapas do ciclo} / \text{Número total de servidores aptos para avaliação no ciclo}) \times 100$					
Responsável pelos dados	Secretaria de Gestão de Pessoas					
Linha de base	85% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 94,5% de servidores avaliados no ciclo de avaliação de desempenho.					



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Metas anuais	-	92,5%	93,0%	93,5%	94,0%	94,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Gestão de Pessoas					

Indicador 17: Índice de promoção da cultura de inovação						
Objetivo Estratégico	Fortalecer a cultura de inovação e suas competências					
Descrição do indicador	Avalia a quantidade e o alcance das ações promovidas (palestras, cursos e oficinas) pelo Laboratório de Inovação.					
Frequência de medição	Trimestral					
Como medir	$\{[(\text{Total de ações realizadas no período} / \text{Total de ações previstas para o período}) + (\text{Número de participantes} / \text{Total de participantes previstos})]/2\} \times 100$					
Responsável pelos dados	Laboratório de Inovação					
Linha de base	N/D					
Descrição da Meta	Alcançar, anualmente, 100% das metas de ações promovidas pelo Laboratório de Inovação e de participantes.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta Ações	-	6	8	12	15	15
Metas participantes	-	600	750	800	1000	1100
Gestor das Metas	Laboratório de Inovação					

Indicador 18: Índice de aprimoramento de magistrados	
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão de pessoas
Descrição do indicador	Mede o percentual de magistrados capacitados em cursos credenciados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) com, no mínimo, 40h de formação.
Frequência de medição	Mensal



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

Como medir	(nº de magistrados que tiveram no mínimo 40h de capacitações credenciadas pela ENFAM / nº total de magistrados) x 100					
Responsável pelos dados	Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará					
Linha de base	37% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar 46% de magistrados capacitados no ano em cursos credenciados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) com, no mínimo, 40h de formação, até 2026.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	38%	40%	42%	43%	46%
Gestor das Metas	Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará					

Indicador 19: Percentual de servidores capacitados						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão de pessoas					
Descrição do indicador	Mede o percentual de servidores capacitados no ano em, no mínimo, 20 horas-aula.					
Frequência de medição	Bimestral					
Como medir	(número de servidores capacitados no período / total de servidores) x 100					
Responsável pelos dados	Secretaria de Gestão de Pessoas					
Linha de base	16% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 40% de servidores capacitados no ano em, no mínimo, 20 horas-aula.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	20%	25%	30%	35%	40%
Gestor das Metas	Secretaria de Gestão de Pessoas					
Indicador 20: Índice de clima organizacional						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão de pessoas					



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

Descrição do indicador	Mede o percentual de servidores que consideram haver um "bom" ou "ótimo" clima organizacional para desenvolvimento dos trabalhos, em pesquisa institucional aplicada.					
Frequência de medição	Bianual					
Como medir	(número de servidores que consideram haver um "bom" ou "ótimo" clima organizacional na pesquisa aplicada / número total de servidores pesquisados) x 100					
Responsável pelos dados	Secretaria de Gestão de Pessoas					
Linha de base	78,72% (2020)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 87% de servidores que consideram haver um "bom" ou "ótimo" clima organizacional na pesquisa aplicada, dentre servidores pesquisados.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	81%	-	84%	-	87%
Gestor das Metas	Secretaria de Gestão de Pessoas					

*Indicadores publicados através da Portaria nº 872/2022, em 27/04/2022.

VI - Resultados do Plano Estratégico 2021-2030

Nº	Indicador	Meta 2022	Resultado 2022	Evolução
1	Sentenças por casos novos	109,20%	115%	✓
2	Índice de atendimento à demanda (IAD)	118,90%	106,98%	●
3	Sentença por magistrado	1.231	1.396	✓
4	Índice de produtividade do magistrado	1.195	1.298	✓
5	Taxa de congestionamento	68,73%	67,34%	✓
6	Índice de unidades judiciárias certificadas no modelo "+ Gestão"	4,50%	Sem apuração (Ciclo do "+ Gestão" 2022 em andamento)	-
7	Índice de satisfação com o atendimento	68%	67,10%	✓



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

8	Índice de transparência	79,20%	75%	✓
9	Índice de qualidade e efetividade da comunicação ativa do Judiciário	-	86,70%	✓
10	Percentual de cumprimento do projeto estratégico “Implantação da Rede Institucional ODS 2030”	90%	84%	✓
11	Índice de efetividade das inspeções extrajudiciais	78%	47,61%	●
12	Índice de governança em gestão de pessoas	70%	68,27%	✓
13	Índice de governança do Judiciário	77%	73,19%	✓
14	Índice de atendimento às recomendações e determinações dos controles interno e externo	62%	81%	✓
15	Índice de satisfação com a comunicação interna	76%	73,50%	✓
16	Índice de conclusão do Ciclo de Avaliação de Desempenho	92,50%	84,20%	✓
17	Índice de promoção da cultura de inovação	6 ações / 600 participantes	5 ações / 300 participantes	●
18	Índice de aprimoramento de magistrados	38%	43,11%	✓
19	Percentual de servidores capacitados	20%	20,91%	✓
20	Índice de clima organizacional	81%	82,31%	✓

*Resultados dos indicadores estratégicos aprovados pela Presidência em 2021.



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

-  **Meta com cumprimento acima de 90%**
-  **Meta com cumprimento acima de 50% a 90%**
-  **Meta com cumprimento abaixo de 50%**

VII – Avaliação e medição de projetos

Os projetos estratégicos são empreendimentos temporários para o alcance dos objetivos e das metas institucionais, executados pelas unidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará e monitorados pelo Escritório Corporativo de Projetos (ECP), vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag), o qual foi criado por meio da Resolução do Órgão Especial nº 13, de 20 de dezembro de 2011. Institucionalmente as figuras que se envolvem diretamente no gerenciamento de projetos, denominadas conjuntamente de “agentes de projetos”, são:

- Em projetos do Programa de Modernização do Judiciário (Promojud): Coordenador(a) de Monitoramento, Assessor(a) de Projetos, Líder Técnico(a), Cogestor(a), Patrocinador de Componente e Patrocinador Geral.

- Nos demais projetos do portfólio: Gerente de Projeto e Patrocinador (a).

No âmbito do Promojud, a Resolução do Órgão Especial nº 09/2021 versa sobre seu sistema de governança e estabelece as principais atribuições dos atores envolvidos diretamente na execução do programa. Para os demais projetos do portfólio, o gerente de projetos é o profissional responsável pelo planejamento detalhado e pelo monitoramento da execução das atividades do projeto e tem como foco o cumprimento dos prazos, respeitando as restrições de escopo, qualidade e custos. Por sua vez, o(a) patrocinador(a) é aquele(a) que provê os recursos e dá suporte institucional para o projeto, bem como resolve os riscos, conflitos e problemas que estão além da alçada do(a) gerente de projetos.

Já as atribuições do Escritório Corporativo de Projetos, em linhas gerais, são: monitorar a elaboração e execução de iniciativas estratégicas, desenvolver e implantar metodologia de gerenciamento de projetos, apoiar os agentes de projetos na condução dos projetos estratégicos e prestar suporte à alta administração para a tomada de decisões.

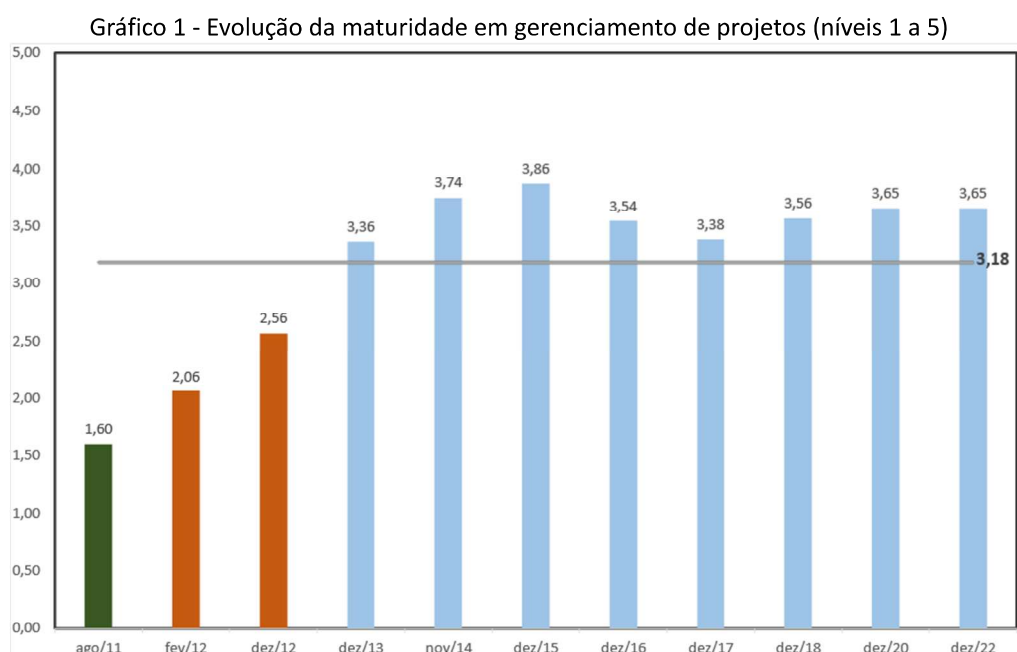


Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

Para acompanhar a evolução de suas práticas relativas ao gerenciamento de projetos, o TJCE adota um modelo de avaliação e medição da sua maturidade com relação à aplicação de conhecimentos, habilidades e técnicas nas atividades de gerenciamento de projetos, visando ao alcance dos objetivos organizacionais. Ou seja, a maturidade em questão diz respeito ao grau de utilização de gerenciamento de projetos na organização.

Desde agosto de 2011, antes da implantação do Escritório Corporativo de Projetos, é realizada uma avaliação (por meio de questionário no modelo Prado-MMGP, que classifica em cinco os níveis de maturidade) para identificar o nível de conhecimento em gerenciamento de projetos do Poder Judiciário do Estado do Ceará (PJCE). Considerando essas avaliações, foram empreendidas diversas ações, no período de 2011 a 2022, com o intuito de aumentar o nível de maturidade em gerenciamento de projetos da instituição.

O resultado geral da avaliação de maturidade em gestão de projetos no PJCE no ano de 2022 foi 3,65 (Gráfico 1), estando, mais uma vez, enquadrada no nível 3 do MMGP. Esse nível pressupõe um cenário onde um modelo padrão de gestão de projetos já foi implementado e está em uso. A análise da maturidade é feita pelo ECP a cada dois anos, e a próxima será realizada no final de 2024.



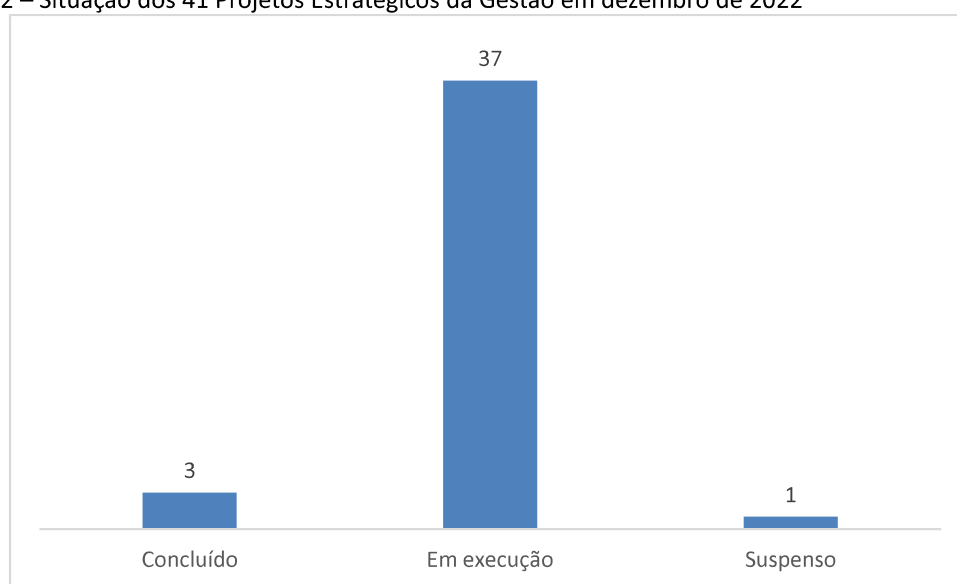
Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

O gráfico e os quadros a seguir mostram o acompanhamento da execução dos projetos estratégicos da Gestão 2021-2023 relacionados ao Plano Estratégico 2021-2030 do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Gráfico 2 – Situação dos 41 Projetos Estratégicos da Gestão em dezembro de 2022



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

Quadro 1 - Projetos Estratégicos da Gestão 2021-2031 concluídos até dezembro de 2022

Unidade responsável	Projeto	Data de conclusão
SEPLA G	Implantação do Plano Estratégico TJCE 2030	11/08/2021
SEPLA G	Adequação da área administrativa	02/09/2021
SEPLA G	Saneamento de dados para o Data Jud	13/08/2021

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

Quadro 2 - Projeto Estratégico da Gestão 2021-2023 suspenso até dezembro de 2022

Unidade responsável	Projeto	Data da suspensão
SGP	Aprimoramento da gestão por desempenho	06/06/2022

Quadro 3 - Projetos Estratégicos da Gestão 2021-2023 em execução em dezembro de 2022

Unidade responsável	Projeto	Tipo de Planejamento	Previsão de término
SEADI	Aprimoramento da gestão patrimonial	1ª Fase	10/12/2023
SEADI	Plano de Obras	Projeto Completo	26/09/2024
SEADI	Mais Interior	Projeto Completo	07/06/2023
SUPADM	Implantação da gestão orçamentária, financeira e de custos	1ª Fase	29/06/2023
SUPADM	Inteligência artificial na prestação jurisdicional	1ª Fase	11/01/2024
SEFIN	Implantação de solução tecnológica para gestão de recursos sob custódia	1ª Fase	13/09/2023
CGJ	Aperfeiçoamento da gestão da arrecadação	Projeto Completo	30/08/2023
CGJ	Implantação do sistema de correição e inspeção extrajudiciais	Projeto Completo	20/05/2023
SEPLAG	Robotização, aprimoramento e automação de processos	1ª Fase	14/06/2023



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

	de trabalho		
SEPLAG	Aperfeiçoamento dos modelos de governança e gestão estratégica	Projeto completo	12/04/2024
SEPLAG	Expansão do "+ Gestão"	1ª Fase	10/08/2023
SEPLAG	Fortalecimento da inteligência de dados	1ª Fase	13/04/2023
SEPLAG	Estruturação de dados no sistema judicial	Projeto completo	15/01/2024
SEPLAG	Implantação da LGPD	Projeto completo	11/11/2024
Dr, Ângelo Bianco	Institucionalização e fortalecimento da cultura de inovação	1ª Fase	04/04/2024
Dr, Ângelo Bianco	Implantação da Rede Institucional ODS 2030	Projeto completo	20/01/2023
SETIN	Modernização da infraestrutura tecnológica	Projeto completo	14/10/2024
SETIN	Aprimoramento das políticas e ferramentas de segurança da informação	Projeto completo	01/08/2024
SETIN	Identificação de tecnologias para aprimoramento da prestação jurisdicional	Projeto completo	12/09/2023
SGP e ESMEC	Programa de desenvolvimento de pessoas	1ª fase	09/04/2024
SGP	Implantação do ADMRH	Projeto completo	17/03/2023
SGP	Programa de Gestão de Mudanças e Clima Organizacional	1ª fase	19/12/2023
	Aprimoramento dos processos de aquisição e contratação		05/04/2024



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

SGP		1ª fase	
ASSMIL	Fortalecimento da segurança pessoal e física do Poder Judiciário	Projeto Completo	12/03/2024
SUPJUD	Unificação do sistema judicial	2ª fase	15/03/2023
SUPJUD	Aprimoramento das Secretarias Judiciárias	Projeto Completo	14/12/2022
Ass. Art 1º Grau	Expansão da implantação da reestruturação judiciária	Projeto Completo	29/03/2023
ASSCOM	Aprimoramento da comunicação interna e externa	1ª fase	13/05/2024
CONJUR	Solução tecnológica para busca integrada de jurisprudências	1ª fase	03/04/2023
Coordenadoria dos Juizados Especiais	Fortalecimento do sistema de juizados especiais	Projeto completo	01/03/2023
FCB	AMEFCB	Projeto completo	20/02/2024
FCB	Melhoria da gestão documental	1ª fase	31/01/2023
FCB	Soluções tecnológicas e humanização do atendimento	Projeto completo	05/07/2024
NUPEMEC	Fortalecimento das soluções consensuais de conflito	1ª fase	23/01/2025
ESMEC	Programa de Fortalecimento de Lideranças Femininas	1ª fase	30/07/2024
Dra. Danielle Estevam Albuquerque	Fortalecimento do enfrentamento à violência doméstica	1ª fase	17/08/2023
Desa. Graça Quental	Intensificação da Justiça Restaurativa	1ª fase	11/01/2024



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

INDICADORES DE GESTÃO E DE DESEMPENHO

METAS NACIONAIS

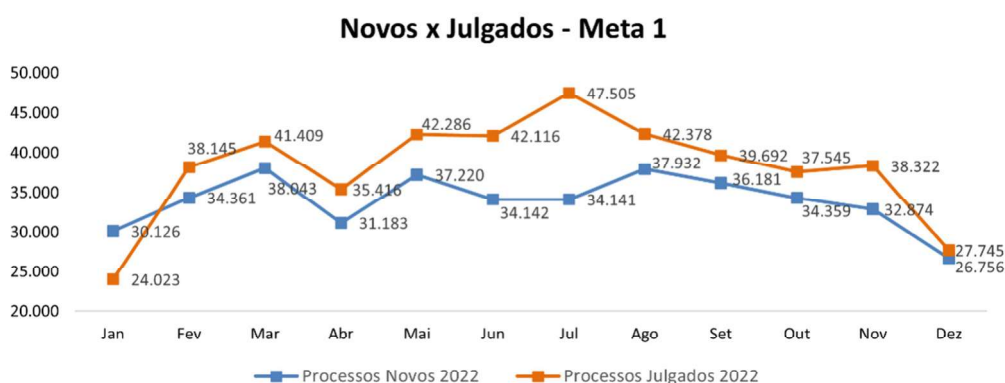
Como resultado geral das ações empreendidas em 2022 em prol do cumprimento das Metas Nacionais pelo TJCE, registram-se os julgamentos de 456.582 processos da meta 1 de 2022; 81.773 processos da meta 2 de 2022; 1.753 processos da meta 4 de 2022; 5.610 processos da Meta 8 de 2022 e 5.299 processos da meta 11, além da realização de 3.354 acordos pré-processuais e do impulsionamento de 645 ações ambientais, conforme se observa nas figuras a seguir.

META 1 DE 2022 – JULGAR MAIS PROCESSOS QUE OS DISTRIBUÍDOS

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluindo os suspensos e sobrestados no ano corrente.

Segmento	Novos em 2022	Julgados em 2022	Grau de cumprimento
1º Grau Comum	259.740	304.167	117,10%
2º Grau	67.861	65.730	96,86%
Juizados e Turmas	79.717	86.685	108,74%
TJCE	407.318	456.582	112,09%

Fonte: https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currrel&select=MN_MT_num_meta,1 (Painel CNJ)



Fonte: https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currrel&select=MN_MT_num_meta,1 (Painel CNJ)



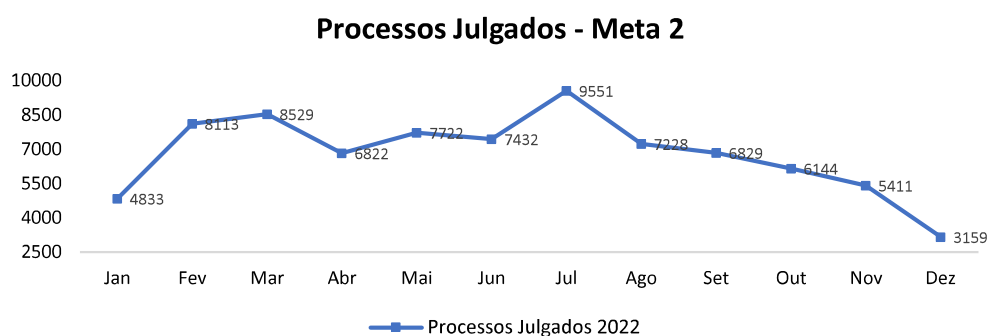
Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

META 2 – JULGAR PROCESSOS MAIS ANTIGOS

Identificar e julgar até 31/12/2022 pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2018 no 1º grau, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2019 no 2º grau, e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2019 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

Segmento	Acervo 31/12/2021	Julgados em 2022	Grau de cumprimento
1º Grau Comum	203.557	73.405	96,39%
2º Grau	7.241	4.703	116,89%
Juizados e Turmas	3.906	3.665	109,12%

Fonte: https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currrel&select=MN_MT_num_meta.1 (Painel CNJ)



Fonte: https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currrel&select=MN_MT_num_meta.1 (Painel CNJ)

META 3 – ESTIMULAR A CONCILIAÇÃO

Aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 2 pontos percentuais em relação a 2021.

Tribunal	Conciliações Pré-Processuais 2021	Conciliações Pré-Processuais 2022	Homologações de Acordo 2022	Grau de cumprimento
----------	-----------------------------------	-----------------------------------	-----------------------------	---------------------

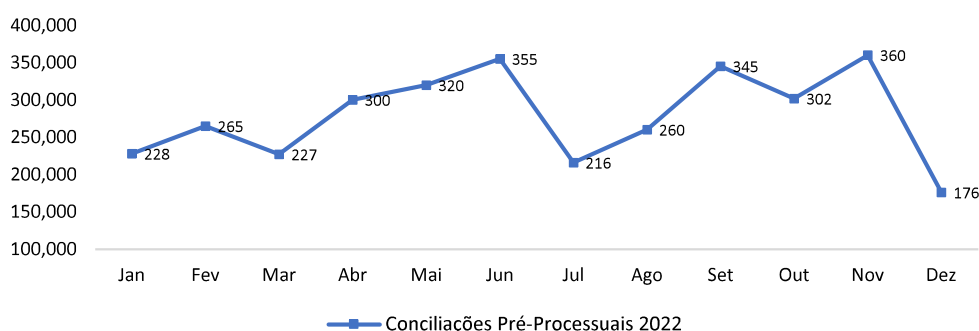


Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

TJCE	2.189	3.354	-	88,00%
------	-------	-------	---	--------

Fonte: https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu.currsel&select=MN_MT_num_meta.1 (Painel CNJ)

Conciliações Pré-Processuais 2022



Fonte: https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu.currsel&select=MN_MT_num_meta.1 (Painel CNJ)

META 4 – PRIORIZAR O JULGAMENTO DOS PROCESSOS RELATIVOS AOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS

Identificar e julgar até 31/12/2022 60% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2018, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.

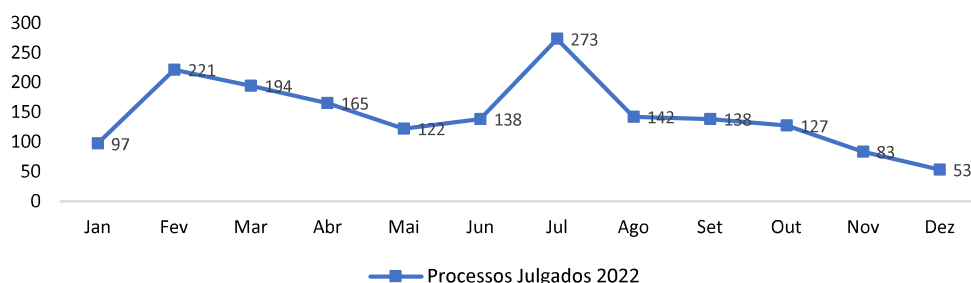
Tribunal	Acervo 31/12/2021	Julgados em 2022	Grau de cumprimento
TJCE	6.263	1.753	93,77%

Fonte: https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu.currsel&select=MN_MT_num_meta.1 (Painel CNJ)



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

Processos Julgados - Meta 4



Fonte: https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu.currsel&select=MN_MT_num_meta.1 (Painel CNJ)

META 5 DE 2022 – REDUZIR A TAXA DE CONGESTIONAMENTO

Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento em relação à 2021. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 56%.

$$\text{Cálculo} = \left(\frac{TCCL2021 - 0,02}{TCCL2022} \right) * 100$$

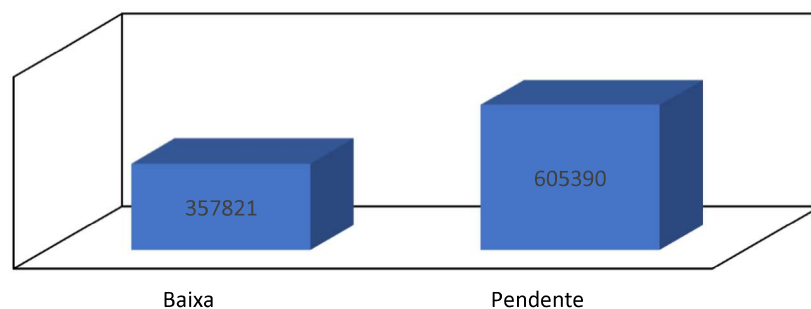
Tribunal	Taxa de Congestionamento Líquida 2021	Taxa de Congestionamento Líquida 2022	TCCL 2021 - TCCL 2022	Grau de cumprimento
TJCE	67,12%	61,08%	6,04%	109,07%

Fonte: https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu.currsel&select=MN_MT_num_meta.1 (Painel CNJ)



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

Baixas x Pendentes 2022 - Meta 5



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

META 8 – PRIORIZAR O JULGAMENTO DOS PROCESSOS RELACIONADOS AO FEMINICÍDIO E À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES (JUSTIÇA ESTADUAL)

Identificar e julgar, até 31/12/2022, 50% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2020 e 50% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2020.

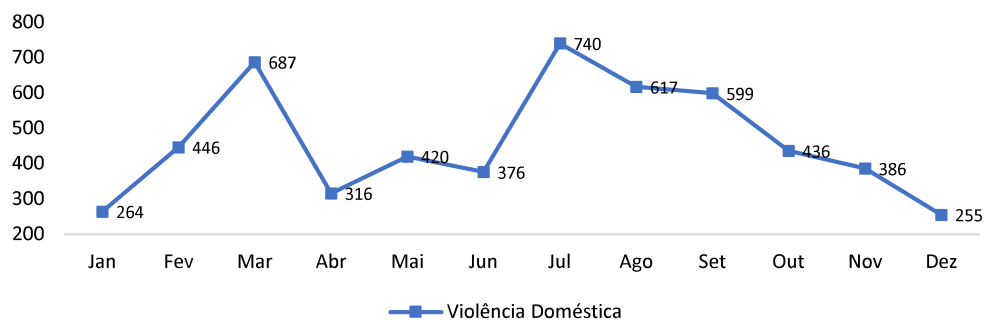
Meta 8	Acervo 31/12/2021	Julgados em 2022	Grau de cumprimento
Violência Doméstica	15.168	5.542	109,82%
Feminicídio	200	68	91,85%

Fonte: https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu.currsel&select=MN_MT_num_meta.1 (Painel CNJ)



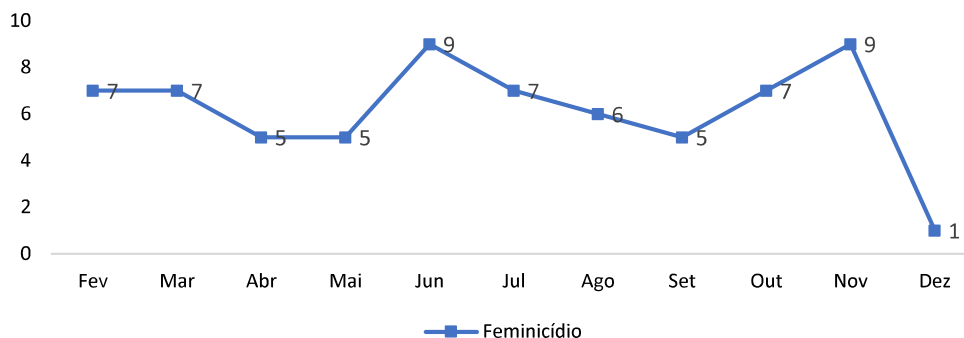
Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

Processos Julgados - Meta 8



Fonte: https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu.currsel&select=MN_MT_num_meta.1 (Painel CNJ)

Processos Julgados - Meta 8



Fonte: https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu.currsel&select=MN_MT_num_meta.1 (Painel CNJ)

META 9 DE 2022 – ESTIMULAR A INOVAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO

Realizar ações que visem a difusão da cultura da inovação em suas diversas dimensões e nas interações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, no âmbito do Poder Judiciário.

Tribunal	Percentual de execução da ação	Grau de cumprimento
TJCE	100,00%	100,00%



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

Fonte: https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu.currsel&select=MN_MT_num_meta.1 (Painel CNJ)

META 10 DE 2022 – PROMOVER A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL – JUSTIÇA 4.0

Implementar, durante o ano de 2022, as ações do Programa Justiça 4.0 nas unidades jurisdicionais do tribunal.

Tribunal	Grau de cumprimento
TJCE	81,54%

Fonte: https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu.currsel&select=MN_MT_num_meta.1 (Painel CNJ)

Segmento	Unidades Judiciárias 2022	Unidades com Balcão Virtual 2022	Sistemas Processuais	Sistemas Processuais conectados à PDPJ
1º Grau Comum	461	461	3	2
2º Grau	63	63	2	2

Fonte: https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu.currsel&select=MN_MT_num_meta.1 (Painel CNJ)

META 11 DE 2022 – PROMOVER OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

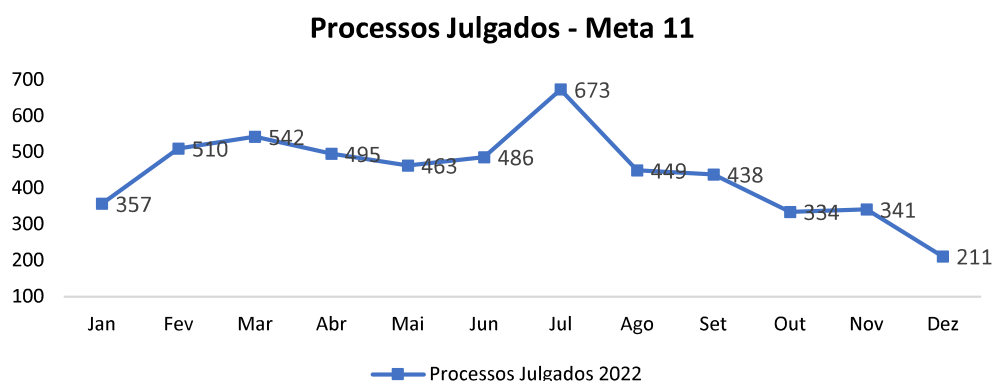
Identificar e julgar até 31/12/2022, no 1º grau, 80% e no 2º grau, 95% dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2020.

Segmento	Acervo 31/12/2021	Julgados em 2022	Grau de cumprimento
1º Grau Comum	10.271	5.234	86,78%
2º Grau	122	65	89,74%



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

Fonte: https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currrel&select=MN_MT_num_meta.1 (Painel CNJ)



Fonte: https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currrel&select=MN_MT_num_meta.1 (Painel CNJ)

META 12 DE 2022 – IMPULSIONAR OS PROCESSOS DE AÇÕES AMBIENTAIS

Identificar e impulsionar 25% dos processos relacionados às ações ambientais, distribuídos até 31/12/2021.

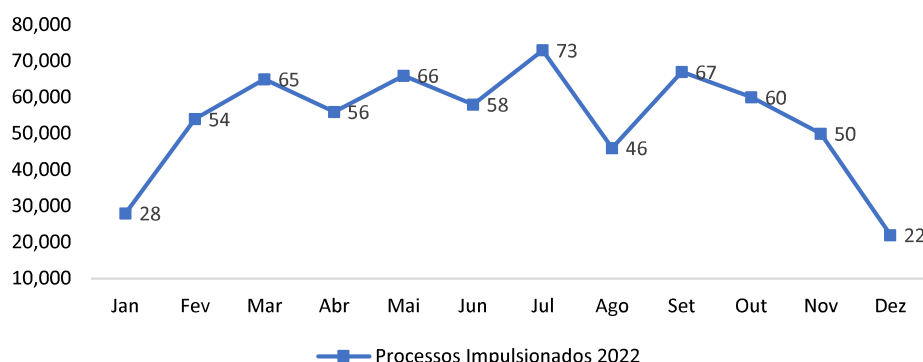
Tribunal	Acervo 31/12/2021	Impulsionados em 2021	Grau de cumprimento
TJCE	2.016	645	128,29%

Fonte: https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currrel&select=MN_MT_num_meta.1 (Painel CNJ)



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

Processos Impulsionados - Meta 12



Fonte: https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu.currsel&select=MN_MT_num_meta.1 (Painel CNJ)

JUSTIÇA EM NÚMEROS

O Conselho Nacional de Justiça lança anualmente o Relatório estatístico denominado “Justiça em Números”, que, baseado nos dados fornecidos pelos tribunais de todo o país, apresenta e faz uma análise comparativa dos principais indicadores do Judiciário Nacional relativos ao orçamento, aos recursos humanos, à litigiosidade, à produtividade e ao congestionamento processual. Observe-se que a última edição do Justiça em Números foi lançada em meados de 2022, com dados referentes ao ano de 2021.

No tocante à atividade final do órgão (a lida com a litigiosidade em âmbito estadual), as principais realizações foram traduzidas em indicadores, a seguir discriminados, que versam sobre quantidades de processos em diversas categorias, tais como, *natureza* (se processo de conhecimento ou execução) e *recorribilidade*. Estes dados foram, ainda, divididos por graus (instâncias), nos termos a seguir explicitados (a elaboração dos indicadores é regida pela Resolução nº 76/2009 do CNJ):

Justiça em Números 2022: Casos em Geral

CASOS EM GERAL	
2º GRAU	
Casos Novos no 2º Grau Criminais	16.991
Casos Novos no 2º Grau Não-Criminais	52.133
Casos Pendentes no 2º Grau Criminais	10.581



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

Casos Pendentes no 2º Grau Não-Criminais	67.079
Recursos Internos no 2º Grau	13.835
Recursos Internos Pendentes no 2º Grau	7.971
Total de Processos Baixados no 2º Grau Criminais	18.368
Total de Processos Baixados no 2º Grau Não-Criminais	44.702
Decisões que põem fim à relação processual no processo criminal no 2º Grau	18.656
Decisões que põem fim à relação processual no processo não-criminal no 2º Grau	50.340
1º GRAU – CONHECIMENTO	
Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Criminais	43.955
Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	175.186
Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Criminais	185.166
Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	393.319
Recursos Internos no 1º Grau na Fase de Conhecimento	16.449
Recursos Internos Pendentes no 1º Grau na Fase de Conhecimento	10.743
Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Criminais	73.617
Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Não-Criminais	198.651
Sentenças de Conhecimento no 1º grau Criminais	82.727
Sentenças de Conhecimento no 1º grau Não-Criminais	199.431
1º GRAU – EXECUÇÃO	
Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau	27.728
Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais	10.560
Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau	124.390
Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais	64.588
Execuções de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	2.903
Execuções de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	6.270
Execuções Judiciais no 1º Grau, exceto execuções penais	28.697
Execuções Pendentes de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	9.805
Execuções Pendentes de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	45.849
Execuções Judiciais Pendentes no 1º Grau, exceto execuções penais	49.641
Execuções Fiscais Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório	16.130
Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório, exceto execuções fiscais e penais	11.960
Incidentes de Execução Fiscal Julgados no 1º Grau	1
Incidentes de Execução Julgados no 1º Grau, exceto em execuções fiscais e penais	39
Incidentes de Execução Fiscal Pendentes no 1º Grau	0
Incidentes de Execução Pendentes no 1º Grau, exceto em execuções fiscais e penais	40
Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau	25.953
Total de Processos Baixados de Execução de Títulos Extrajudiciais no 1º Grau, exceto execuções fiscais	11.004
Total de Processos Baixados de Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	2.287
Total de Processos Baixados de Execução de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	7.770
Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau, exceto execuções penais	16.197
Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau	24.187
Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto sentenças em execução fiscal	11.287
Sentenças em Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º grau	1.908
Sentenças em Execução de Penas Privativas de Liberdade no 1º grau	6.874
Sentenças em Execução Judicial no 1º grau, exceto sentenças em execução penal	24.239
TURMA RECURSAL	
Casos Novos nas Turmas Recursais Criminais	226
Casos Novos nas Turmas Recursais Não-criminais	22.451
Casos Pendentes nas Turmas Recursais Criminais	118



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

Casos Pendentes nas Turmas Recursais Não-Criminais	22.451
Recursos Internos nas Turmas Recursais	1.827
Recursos Internos Pendentes nas Turmas Recursais	1.010
Total de Processos Baixados nas Turmas Recursais Criminais	271
Total de Processos Baixados nas Turmas Recursais Não-Criminais	20.682
Decisões que põem fim à relação processual no processo criminal nas Turmas Recursais	258
Decisões que põem fim à relação processual no processo não-criminal nas Turmas Recursais	27.048
JUIZADO ESPECIAL – CONHECIMENTO	
Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	300
Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	80.650
Casos Novos Eletrônicos nos Juizados Especiais	87.750
Casos Pendentes de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	919
Casos Pendentes de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	98.532
Recursos Internos da Fase de Conhecimento nos Juizados Especiais	1.574
Recursos Internos Pendentes nos Juizados Especiais na Fase de Conhecimento	129
Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais Criminais	769
Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais Não-Criminais	93.454
Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	738
Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	102.724
JUIZADO ESPECIAL – EXECUÇÃO	
Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	6.802
Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	7.056
Execuções de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	1.826
Execuções Judiciais nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	9.442
Execuções Pendentes de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	2.920
Execuções Judiciais Pendentes nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	9.583
Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório	574
Incidentes de Execução Julgados nos Juizados Especiais	0
Incidentes de Execução Pendentes nos Juizados Especiais	0
Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	6.841
Total de Processos Baixados de Execução de Penas Não-Privativas de liberdade nos Juizados Especiais	450
Total de Processos Baixados de Execução Judicial nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	6.973
Sentenças em Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	7.654
Sentenças em Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	203
Sentenças em Execução nos Juizados Especiais Não-Criminais	11.201

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

Justiça em Números 2022: Recorribilidade

RECORRIBILIDADE	
2º GRAU	
Recursos à Instância Superior no 2º Grau	8.626
Acórdãos Publicados no 2º Grau	44.220
1º GRAU	
Recursos à Instância Superior no 1º Grau	57.546
Decisões no 1º Grau Passíveis de Recurso Externo	134.403
TURMA RECURSAL	



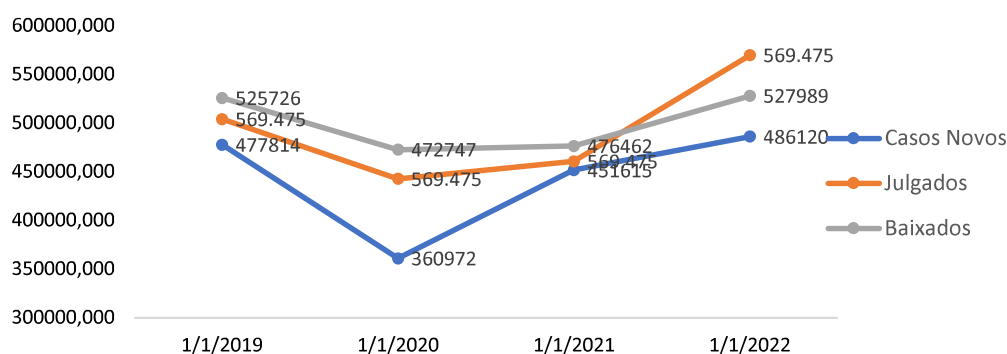
Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

Recurso interno nas Turmas Recursais	1.827
JUIZADO ESPECIAL	
Recursos à Instância Superior nos Juizados Especiais	22.212
Decisões nos Juizados Especiais Passíveis de Recurso Externo	119.245
Impugnações a Decisões dos Juizados Especiais	321
Decisões nos Juizados Especiais Passíveis de Impugnação	18.321

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

As tabelas e gráficos a seguir apresentam os principais números relacionados à demanda e à produtividade do TJCE em 2022, com os respectivos percentuais de aumento/redução com relação a exercícios anteriores:

Novos x Julgados x Baixados - TJCE



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

Estoque, Casos Novos, Julgados e Baixados por segmento – 2020-2022

Tribunal de Justiça	Estoque			Casos Novos			Julgados			Baixados		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022	2020	2021	2022	2020	2021	2022
2º Grau	75.197	74.210	77.660	57.727	58.873	69.124	55.855	59.946	68.996	48.796	63.814	63.070
1º Grau	891.522	891.911	872.758	204.821	273.923	295.299	261.603	275.791	350.653	305.178	294.781	335.479
Turmas Recursais	18.195	20.433	22.569	18.212	22.867	22.677	23.739	20.198	27.306	24.952	20.740	20.953
Juizados Especiais	124.069	122.939	119.010	80.212	95.952	99.020	101.539	104.772	122.520	93.821	97.127	108.487

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

Carga de Trabalho dos Magistrados em Número de Decisões por Magistrado do TJCE - 2020-2022

Segmento	Carga de Trabalho por Magistrado			Sentenças/Decisões por Magistrado		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
2º Grau	3.258	3.225	3.208	1.299	1.427	1.380
1º Grau	3.783	3.792	3.398	815	861	967



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

Turmas Recursais	2.117	2.181	2.555	1.079	918	1.517
Juizados Especiais	1.308	1.303	1.352	604	627	725
Média Geral	3.992	3.993	3.899	1.090	1.139	1.334

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

Carga de Trabalho e Produtividade por Servidor – 2020-2022

Segmento	Casos Novos por Servidor da Área Judiciária			Índice de Produtividade por Servidor da Área Judiciária		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
2º Grau	164	127	148	139	138	135
1º Grau	44	64	72	72	69	82
Turmas Recursais	520	643	687	713	583	635
Juizados Especiais	220	234	253	301	237	277
Média Geral	67	138	83	96	92	90

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

A taxa de congestionamento (TC) mede a relação entre os processos judiciais baixados e o somatório entre baixados e pendentes no final de 2022, ou seja, mostra o percentual de processos que chegam ao final do ano sem resolução. Já a taxa de baixados por caso novo (Tb/Cn) é medida pela relação entre o total de processos judiciais baixados e o total de processos novos, isto é, representa o percentual de saída dos processos em relação aos que entram.

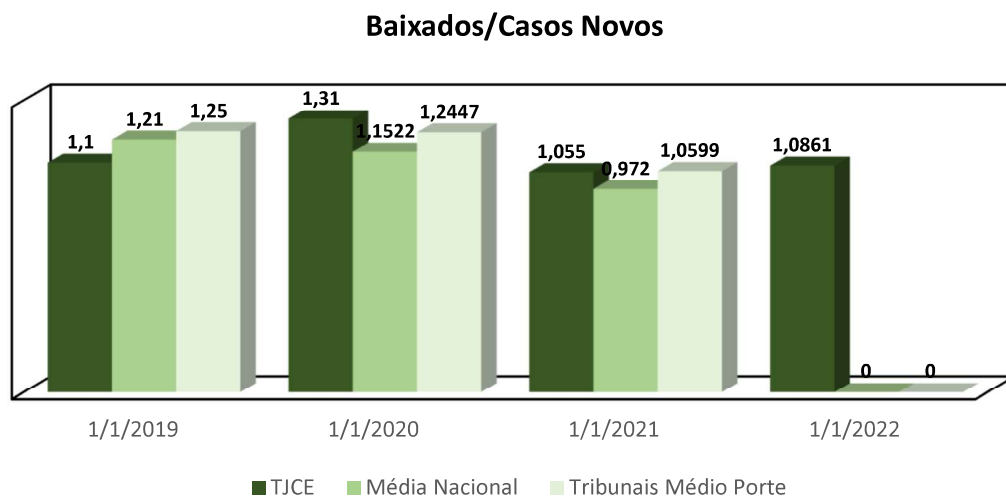
Evolução da Taxa de Congestionamento – 2020-2022

Instância	Taxa de Congestionamento (Geral)		
	2020	2021	2022
2º Grau	60,6%	53,77%	55,18%
1º Grau	74,5%	75,16%	72,23%
Turmas Recursais	42,2%	49,63%	51,86%
Juizados Especiais	56,9%	55,86%	52,31%
Média Geral	70,1%	69,96%	67,41%

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

1.

2.



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

RESULTADOS DAS METAS E INDICADORES DE DESEMPENHO NO PPA em 2022

No que diz respeito aos resultados obtidos em 2022 dos indicadores de desempenho previstos e aprovados no tema estratégico “5.1–Justiça” do Eixo “5–Ceará Pacífico” constantes no *Plano Plurianual (PPA 2020-2023)* para os quais o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJ-CE), na qualidade de órgão gestor, contribui quando da execução de seus programas temáticos de governo (Programas nº “512–Excelência no Desempenho da Prestação Jurisdicional”, e nº “513–Integração do Sistema de Justiça Criminal-Integra”), a Tabela 1 traz os resultados apurados do desempenho dos indicadores dos programas.

Tabela 1-Desempenho dos Indicadores dos programas

PROGRAMA 512-EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL						
Objetivo: Ampliar a eficiência e a eficácia na promoção da Justiça						
Indicador de Resultado	Unidade	Ano	Meta	Resultado	% Realização	Situação do indicador
Sentenças proferidas por magistrado	Sentença por magistrado	2022	1.346	1.395	103,64	Favorável e tende a permanecer no mesmo nível
Índice de produtividade do servidor	Processo por servidor	2022	122	90,51	74,19	Desfavorável, mas tende a melhorar
Taxa de congestionamento	Percentual	2022	64,90	66,62	97,35	Favorável e tende a melhorar
Índice de atendimento à demanda	Percentual	2022	113,76	106,98	94,04	Favorável e tende a melhorar
PROGRAMA 513-INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)						
Objetivo: Melhorar a segurança, a qualidade, a confiabilidade e a celeridade das informações intercambiadas entre o Poder Judiciário do Estado do Ceará, a Secretaria da Administração Penitenciária						



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

e a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social e vinculadas.						
Resultado						indicador
Quantidade de serviços tecnológicos da área criminal e infracional integrados	Número	2022	1	-	-	Descontinuado

Fonte: SEPLAG/SIMA (Relatório de Monitoramento do Programa do PPA 2020-2023– Período: janeiro até dezembro de 2022).

Ao analisar o indicador “*Sentenças proferidas por magistrado*”, destaca-se que, com a progressiva retomada dos trabalhos habituais e as novas nomeações, os magistrados conseguiram cumprir e até mesmo ultrapassar a meta anual de sentenças proferidas. Como resultado, o indicador apresentou um desempenho favorável no ano de 2022, com bons resultados obtidos nos dois semestres, alcançando percentual de realização anual de 103,64%, superando, dessa forma, a meta projetada para o ano.

Com relação ao indicador “*Índice de produtividade do servidor*”, este apresentou um desempenho desfavorável, com o resultado obtido um pouco abaixo do esperado para o ano de 2022, alcançando percentual de realização de apenas 74,19% em relação à meta projetada para o ano. Tendo em vista que o índice mede a relação entre o volume de processos baixados e o número de servidores que atuaram no período, os resultados durante o ano de 2022 foram impactados pelo ingresso de novos servidores, que ocorreu tanto em 2021 quanto ao longo de 2022, o que demanda um pouco mais de tempo para alavancar a produtividade, levando em conta que existe uma curva de aprendizado a ser alcançada, quando então a situação do indicador tende a apresentar melhoras em seu desempenho.

Acerca do “*Taxa de congestionamento*” mede o percentual de processos que não são finalizados no ano, cuja baixa definitiva do processo ocorre quando todas as determinações constantes na sua sentença foram cumpridas pelas partes litigantes. Desse modo, ocorrendo o trânsito em julgado e não havendo mais movimentações processuais necessárias e/ou pendentes, o processo poderá ser baixado definitivamente, não contabilizando mais para o acervo pendente do Tribunal. Portanto, quanto menor for a taxa, maior será a facilidade de o Tribunal em lidar com seu estoque de processos.



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

Este indicador apresentou um desempenho favorável durante o ano de 2022, alcançando percentual de realização de 97,35%, bem próximo de atingir à meta projetada para o ano, o que demonstra a busca de o TJ-CE promover a produtividade e a celeridade na prestação jurisdicional.

O “Índice de atendimento à demanda processual” do Poder Judiciário reflete a capacidade de o Tribunal dar vazão ao volume de casos ingressados. Quando o índice é inferior ao patamar de 100%, há aumento no número de casos pendentes. O referido indicador apresentou um desempenho favorável e promissor durante o ano de 2022, visto que alcançou percentual de realização de 94,04% bem próximo à meta projetada para o ano. Considerando que o indicador mede a relação entre o número de processos baixados e o número de casos novos no mesmo período, seu resultado de 106,98%, que se manteve superior a 100%, evidencia os esforços de o Tribunal dar vazão ao volume de casos ingressados, permitindo reduzir o número de casos pendentes.

Por fim, acerca do indicador “Quantidade de serviços tecnológicos da área criminal e infracional integrados”, vale destacar que o projeto estratégico “Padronização e integração do mandado de prisão”, que previa a integração dos serviços de envio e cumprimento do mandado de prisão, além do contramandado de prisão, acabou sendo descontinuado, uma vez que a SSPDS/PCCE substituiu seu sistema por meio do qual haveria a integração, tornando impossibilitada continuidade do referido projeto para permitir a integração com o sistema do TJCE, de modo que nenhuma entrega efetiva foi realizada em 2022. Dessa forma, não há mais possibilidade de atualizações no que diz respeito à entrega SERVIÇO TECNOLÓGICO INTEGRADO, que previa a integração dos sistemas a ser realizada por meio de tecnologia Web Service. Os agentes envolvidos, após realizar uma análise de viabilidade do Programa, decidiram sobre sua descontinuidade no âmbito do PPA, dada sua inviabilidade, especialmente para a concepção do próximo plano de governo.

Na Tabela 2 são apresentadas informações referentes ao desempenho físico das entregas de iniciativas dos programas em 2022.

Tabela 2-Desempenho físico das Entregas dos Programas

PROGRAMA 512-EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL								
Objetivo: Ampliar a eficiência e a eficácia na promoção da Justiça								
Iniciativa	Entrega	Unidade	Meta física programada para 2022	Realizado em 2022	% Execução Física	Loa + créditos 2022	Empenhado 2022	% Execução orçamentária - financeira



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

512.1.01 - Qualificação da prestação jurisdicional	409-PESSOA CAPACITADA	Número Absoluto	2.108,00	2.505,00	118,83	4.583.950,00	2.074.296,47	45,2
	950 - MODELO DE GESTÃO IMPLANTADO	Percentual	20,00	0,00	0,00	761.692,00	171.695,86	22,5
	1.637 - SISTEMA DE GESTÃO MODERNIZADO	Percentual	30,00	0,00	0,00	9.795.382,00	4.490.940,30	45,8
512.1.02- Promoção da oferta de serviços judiciais	1.350 - UNIDADE JUDICIÁRIA MANTIDA	Número Absoluto	514,00	581,00	113,04	1.210.824.463,84	1.194.780.931,85	98,6
512.1.03 - Qualificação da estrutura física e tecnológica da oferta dos serviços judiciais.	477-PROJETO IMPLANTADO	Percentual	25,00	0,00	0,00	14.024.952,00	12.721.198,65	90,7
	1.348-UNIDADE JUDICIÁRIA ESTRUTURADA	Número Absoluto	181,00	302,00	166,85	38.842.578,65	32.224.352,90	82,9
512.1.04 - Promoção de serviço cartorário gratuito.	1.606-SERVIÇO EXTRAJUDICIAL OFERTADO	Número Absoluto	366.165,00	384.456,00	105,00	31.422.624,00	30.884.875,47	98,2
512.1.05 - Implantação da transformação digital para aprimoramento dos serviços ao cidadão.	1.664-SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA	Percentual	28,00	0,00	0,00	18.688.276,00	15.336.606,71	82,0

PROGRAMA 513-INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)

Objetivo: Melhorar a segurança, a qualidade, a confiabilidade e a celeridade das informações intercambiadas entre o Poder Judiciário do Estado do Ceará, a Secretaria da Administração Penitenciária e a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social e vinculadas.

Iniciativa	Entrega	Unidade	Meta programada para 2022	Realizado em 2022	% Execução Física	Loa + créditos 2022	Empenhado 2022	% Execução orçamentária - financeira
513.1.01 - Qualificação da comunicação entre os	1.485-SERVIÇO TECNOLÓGICO INTEGRADO	Número Absoluto	1,00	0,00	0,00	76.100,00	0,00	0,00



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

órgãos do Sistema de Justiça Criminal.								
--	--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: SEPLAG/SIMA (Relatório de Monitoramento do Programa do PPA 2020-2023 – Período: janeiro até dezembro de 2022).

No que concerne ao Programa “512-EXCELENCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL”, as principais realizações concluídas em 2022 dizem respeito às seguintes entregas: 2.505 pessoas capacitadas, 581 unidades judiciárias mantidas, 384.456 serviços cartorários gratuitos ofertados e 302 unidades judiciárias estruturadas.

Destacam-se os seguintes pontos: 1) o programa de capacitação de servidores e magistrados foi executado de forma a alcançar um percentual de execução física de 118,83% da meta anual estipulada para 2022, a despeito de uma execução financeira bem inferior, o que pode ser explicado pelo fato da oferta de cursos e capacitações terem ocorrido em sua grande parte por formadores internos, cujo custo é bem menor do que a contratação de formadores externos (de mercado), além dos recursos previstos provenientes do financiamento pelo BID terem sido pouco executados tendo em vista a política restritiva de liberação e aplicação de recursos pelo banco; 2) a manutenção das unidades judiciárias também atingiu um percentual de execução física de 113,04% da meta anual estipulada; 3) os serviços cartorários alcançaram um percentual de execução física de 105%; e 4) a estruturação de unidades judiciárias, a fim de contribuir para a qualificação da estrutura física e tecnológica da oferta dos serviços judiciais atingiram um percentual de execução física de 166,85%, cujo resultado se deve principalmente à substituição de sistema judicial antigo por novo, através da substituição de microcomputadores e notebooks e da implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE) em várias unidades e comarcas do interior.

Cabe esclarecer que as demais entregas do programa “512-EXCELENCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL” (“950-MODELO DE GESTÃO IMPLANTADO”, “1.637-SISTEMA DE GESTÃO MODERNIZADO”, “477-PROJETO IMPLANTADO” e “1.664-SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA”), relacionados aos projetos dos produtos do Programa de Modernização do Judiciário (Promojud), a despeito de terem apresentado execução financeira, por conta da mudança na regra e exigência do agente financiador (BID) quanto à mensuração do progresso físico das entregas referentes ao Promojud, não foi possível



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

mensurar a execução física delas de acordo com a metodologia que foi anteriormente estabelecida. Na adequação do PPA, que ocorreu no final de 2022, foi estabelecida uma nova metodologia para mensuração que será aplicada a partir de 2023, tendo em vista que o acompanhamento da execução física dos produtos do Promojud pelo Banco será baseado na elaboração de relatórios anuais informando o avanço dos produtos, por este motivo não foi possível mensurar a realização das referidas entregas em 2022, de acordo com a metodologia em vigor.

A despeito disso, vale destacar que o programa *512-EXCELENCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL* apresentou um progresso satisfatório no que concerne às suas demais realizações já alcançadas com as outras entregas, o que tende a melhorar no exercício de 2023, à medida que as entregas do Promojud possam ser adequadamente mensuradas com a aplicação da nova metodologia de mensuração a ser implementada em 2023.

Quanto aos indicadores do programa, conforme já mencionado, todos apresentaram resultados satisfatórios, com alguns ultrapassando ou ficando bem próximos da meta: o *Índice de atendimento à demanda* alcançou percentual de realização de 94,04% em relação à meta anual; a *Taxa de congestionamento* ficou próximo da meta prevista, com percentual de realização de 97,35%; *Sentenças proferidas por magistrado* ultrapassou a meta anual com 103,64% de realização; e *Índice de produtividade do servidor*, com 74,19% de realização.

Já com relação ao Programa “*513-INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)*”, nenhuma entrega efetiva referente ao “*SERVIÇO TECNOLÓGICO INTEGRADO*” foi realizada no período de janeiro a dezembro de 2022, tendo em vista que o Projeto de Padronização e Integração do Mandado de Prisão acabou sendo descontinuado, conforme relatado anteriormente.

Dando continuidade à análise, nas Tabelas 4 e 5 são evidenciados o desempenho orçamentário e financeiro dos programas por Órgão Executor e por Fonte de Recursos durante o exercício de 2022.

Tabela 4-Desempenho Orçamentário/Financeiro dos Programas (por Órgão Executor)

PROGRAMA 512-EXCELENCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL
Objetivo: Ampliar a eficiência e a eficácia na promoção da Justiça
Execução orçamentária/financeira (por Órgão Executor)



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

Órgão Executor	Lei+Créditos(A)	Empenhado(B)	Pago(C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
TJ	1.157.602.110,09	1.131.783.921,48	1.113.098.291,94	97,77	96,16
FERMOJU	151.982.255,40	144.841.783,26	117.387.038,95	95,30	77,24
FUNSEG	3.225.610,00	1.552.117,78	1.075.712,77	48,12	33,35
FECDJ	16.133.943,00	14.507.075,69	14.507.075,69	89,92	89,92
TOTAL	1.328.943.918,49	1.292.684.898,21	1.246.068.119,35	97,27	93,76

PROGRAMA 513-INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)

Objetivo: Melhorar a segurança, a qualidade, a confiabilidade e a celeridade das informações intercambiadas entre o Poder Judiciário do Estado do Ceará, a Secretaria da Administração Penitenciária e a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social e vinculadas.

Execução orçamentária/financeira (por Órgão Executor)

Órgão Executor	Lei+Créditos(A)	Empenhado(B)	Pago(C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
TJ	-	-	-	-	-
FERMOJU	76.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNSEG	-	-	-	-	-
FECDJ	-	-	-	-	-
TOTAL	76.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SEPLAG/SPG (Relatório de Monitoramento do Programa do PPA 2020-2023 - Período: janeiro até dezembro de 2022).

Tabela 5-Desempenho Orçamentário/Financeiro dos Programas (por Fonte de Recursos)

PROGRAMA 512-EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Objetivo: Ampliar a eficiência e a eficácia na promoção da Justiça

Execução orçamentária/financeira (por Órgão Executor)



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

Fonte	Lei+Créditos(A)	Empenhado(B)	Pago(C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
48 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	41.652.716,00	28.969.033,32	28.016.992,44	69,55	67,26
70 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	121.486.549,40	113.366.233,47	85.685.509,28	93,32	70,53
00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	404.405.206,09	394.572.580,66	377.256.728,92	97,57	93,29
29 - RECURSOS ARRECADADOS DA VENDA DE SELOS DE AUTENTICIDADE	37.621.714,00	36.811.097,35	36.560.672,22	97,85	97,18
01 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	723.777.733,00	718.965.953,41	718.548.216,49	99,34	99,28
TOTAL	1.328.943.918,49	1.292.684.898,21	1.246.068.119,35	97,27	93,76
PROGRAMA 513-INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)					
Objetivo: Melhorar a segurança, a qualidade, a confiabilidade e a celeridade das informações intercambiadas entre o Poder Judiciário do Estado do Ceará, a Secretaria da Administração Penitenciária e a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social e vinculadas.					
Execução orçamentária/financeira (por Órgão Executor)					
Fonte	Lei+Créditos(A)	Empenhado(B)	Pago(C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
70 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	76.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	76.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SEPLAG/SPG (Relatório de Monitoramento do Programa do PPA 2020-2023 - Período: janeiro até dezembro de 2022).



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

É possível verificar que, no geral, em 2022 houve um bom desempenho do Programa 512, em termos de execução orçamentário-financeira, chegando a alcançar um patamar de execução superior a 90% do orçamento autorizado para o Programa. Do mesmo modo, os órgãos executores do programa também apresentaram desempenho satisfatório, especialmente TJ, FERMOJU e FECDOJ, cujos percentuais de execução orçamentário-financeira ultrapassaram ou se aproximaram dos 90% do orçamento aprovado, contribuindo, positivamente, para a execução do referido programa, assim como as Fontes de Recursos *00 - RECURSOS ORDINÁRIOS*, *01 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO*, *29 - RECURSOS ARRECADADOS DA VENDA DE SELOS DE AUTENTICIDADE* e *70 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS*. Apenas a Fonte *48 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS* apresentou execução orçamentário-financeira num patamar abaixo das outras fontes, tendo em vista atrasos que ocorreram em virtude da liberação de recursos do financiamento e do ajuste no planejamento das contratações autorizadas pelo Banco, porém já apresentou uma melhor execução se comparada ao ano de 2021 (ano de realização do empréstimo junto ao BID, mas que foi marcado pelo atraso na assinatura do contrato), o que não gerou entraves para o bom desempenho orçamentário-financeiro geral apresentado pelo Programa 512.

Por outro lado, o programa 513 não apresentou nenhum valor de execução orçamentário-financeira em 2022 para o referido programa, evidenciando sua dificuldade de implementação que culminou na proposta de sua descontinuidade por motivações já relatadas anteriormente.



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

QUADRO DE PESSOAL

Quadro de Pessoal e Alocação da Força de Trabalho no Poder Judiciário do Estado do Ceará

CARGO	2º Grau	1º Grau		Total Resultado
		Comarca de Fortaleza	Comarcas do Interior	
Magistrados	52	187	236	475
Servidores Efetivos	874	1121	1231	3226
Servidores Comissionados sem Vínculo	189	458	542	1189
Terceirizados	763	164	56	983
Estagiários	431	691	320	1442

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

RECURSOS PATRIMONIAIS

Recursos Patrimoniais do Poder Judiciário do Estado do Ceará – 2022

Conta	Descrição	Saldo ant.(R\$)	Incorp.(R\$)	Baixas(R\$)	Reinc.(R\$)	Reav. (R\$)	Saldo atual(R\$)
000000000	CONTA CONTABIL - MIGRAÇÃO	9.866.541,60	0,00	1.771.655,53	0,00	0,00	8.094.886,07
44905200036	MÁQUINAS UTENSÍLIOS E EQUIP.DIVERSOS	2.922.298,38	0,00	5.197,04	0,00	0,00	2.917.101,34
44905200039	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	9.473,89	0,00	0,00	0,00	0,00	9.473,89
4490520011	LIVROS E PUBLIC TECNICAS	738.826,06	0,00	0,00	0,00	0,00	738.826,06
4490520012	EQUIP DE PROTECAO SEG E SOCORRO	139.269,33	10.313,40	0,00	0,00	0,00	149.582,73
4490520016	DECORACAO OBJETOS DE ARTE COLECAO	68.431,29	0,00	316,00	0,00	0,00	68.115,29
4490520017	EQUIP PARA AUDIO VIDEO E FOTO	1.581.526,13	0,00	3.117,56	0,00	0,00	1.578.408,57
4490520020	MOBILIARIO EM GERAL	43.776.099,67	0,00	250.059,81	0,00	0,00	43.526.039,86
4490520028	OBRAS DE ARTE E PECAS P/MUSEU	2.879,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.879,00
4490520099	OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	432.640,49	88.975,30	7.132,53	0,00	0,00	514.483,26
44905208	APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS E HOSPITALARES	143.302,35	29.000,00	12.351,12	0,00	0,00	159.951,23
44905214	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	378.381,24	46.379,30	16.916,28	0,00	0,00	407.844,26
44905215	BANDEIRAS, FLÂMULAS E INSÍGNIAS	25.671,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.671,00
44905218	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	860,00	0,00	0,00	0,00	0,00	860,00
44905239	EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	85.277.208,60	8.522.569,25	4.847.794,85	0,00	0,00	88.951.983,00
44905242	Mobiliário em Geral	775,00	636.256,00	0,00	0,00	0,00	637.031,00
44905248	VEÍCULOS EM GERAL	1.865.321,63	333.700,00	398.959,94	0,00	0,00	1.800.061,69
44905250	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	1.058.448,18	729.709,80	22.688,96	0,00	0,00	1.765.469,02
44905255	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	1.162.821,48	418.674,10	1.681,00	0,00	0,00	1.579.814,58
44905261	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	22.968,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.968,00
44905262	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	7.036.479,67	1.519.869,05	111.504,81	0,00	0,00	8.444.843,91
44905265	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	1.948.977,74	0,00	23.076,50	0,00	0,00	1.925.901,24
Total:		158.459.200,73	12.335.446,20	7.472.451,93	0,00	0,00	163.322.195,00

Fonte: Secretaria de Administração e Infraestrutura

A Relação de imóveis do Governo do Estado e disponíveis para o Poder Judiciário do Estado do Ceará constam em Anexo a este Relatório.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará é composto de 4 unidades orçamentárias em sua estrutura, que são:

- Tribunal de Justiça - CNPJ 09.444.530./0001-01;
- Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário – FERMOJU – CNPJ 41.655.846/0001-47;
- Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG - CNPJ 16.368.546/0001-30; e
- Fundo Especial de Custeio das Despesas com Diligências dos Oficiais de Justiça – FECDOJ – CNPJ 28.686.205/0001-91.

Cada um desses órgãos possui orçamento e execução orçamentária e financeira distintos, apresentando o Tribunal de Justiça a seguinte execução orçamentária em 2022:



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2022
LEI Nº 17.860, de 29/12/2021
Consolidado por Órgão e Grupo de Despesa

Acumulado até: DEZEMBRO
PERCENTUAL S/ AUTORIZADO

Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1.396.318.546,00	1.484.666.493,00	1.456.278.699,87	1.432.564.157,15	98,09	96,49
31 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.199.000.000,00	1.237.329.181,00	1.223.524.305,65	1.204.707.198,02	98,88	97,36
33 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	169.542.943,00	219.360.597,00	207.266.694,80	202.744.033,06	94,49	92,43
44 INVESTIMENTOS	27.775.603,00	27.976.715,00	25.487.699,42	25.112.926,07	91,10	89,76
04200001 FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	159.500.000,00	198.385.060,34	186.136.821,53	156.731.935,67	93,83	79,00
33 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	146.970.208,00	163.761.623,69	155.325.113,89	142.708.848,21	94,85	87,14
44 INVESTIMENTOS	12.529.792,00	34.623.436,65	30.813.707,64	14.023.087,46	89,00	40,50
04200003 FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS	3.551.006,00	3.916.006,00	2.103.179,75	1.558.139,12	53,71	39,79
33 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	690.396,00	690.396,00	551.061,97	482.426,35	79,82	69,88
44 INVESTIMENTOS	2.860.610,00	3.225.610,00	1.552.117,78	1.075.712,77	48,12	33,35
04200004 FUNDO ESPECIAL DE CUSTEIO DAS DESPESAS COM DILIGÊNCIAS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA	10.313.153,00	16.133.943,00	14.507.075,69	14.507.075,69	89,92	89,92
31 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.313.153,00	16.133.943,00	14.507.075,69	14.507.075,69	89,92	89,92
Total Geral	1.569.682.705,00	1.703.101.502,34	1.659.027.776,84	1.605.361.307,63	97,41	94,26

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

O Tribunal de Justiça, dentro desta quádrupla estrutura orçamentária e financeira, é o órgão gestor dos recursos oriundos do Tesouro Estadual do Ceará. Seu principal Grupo de Despesa é o Pessoal e Encargos Sociais, cuja execução, em 2022, representou 98,88% dos recursos disponíveis, sendo assim distribuídos:



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2022
LEI Nº 17.860, de 29/12/2021
Consolidado por Órgão e Elemento

Acumulado até: DEZEMBRO
PERCENTUAL S/ AUTORIZADO

Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1.199.000.000,00	1.237.329.181,00	1.223.524.305,65	1.204.707.198,02	98,88	97,36
03 PENSÕES	4.400.000,00	4.400.000,00	4.127.686,10	4.127.686,10	93,81	93,81
07 CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	0,00	369.617,33	369.617,33	369.617,33	100,00	100,00
11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	945.474.021,00	975.650.470,11	975.650.470,11	975.077.317,97	100,00	99,94
12 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	5.777.463,00	6.231.546,87	6.231.546,87	6.231.546,87	100,00	100,00
13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	216.577.645,00	236.598.291,51	223.974.052,55	205.768.599,43	94,66	86,97
16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	11.789.808,00	6.741.760,26	6.741.760,26	6.741.760,26	100,00	100,00
92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	12.046.200,00	6.387.924,51	5.479.602,02	5.441.099,65	85,78	85,18
93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96 RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	2.934.863,00	949.570,41	949.570,41	949.570,41	100,00	100,00

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

Relativamente ao Grupo de Despesa Outras Despesas Correntes, tem-se o seguinte detalhamento:



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2022
LEI Nº 17.860, de 29/12/2021
Consolidado por Órgão e Elemento

Acumulado até: DEZEMBRO
PERCENTUAL S/ AUTORIZADO

Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA	169.542.943,00	219.360.597,00	207.266.694,80	202.744.033,06	94,49	92,43
08 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	28.541.259,00	36.141.250,18	35.785.101,43	35.783.901,43	99,01	99,01
09 SALÁRIO-FAMÍLIA	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 DIÁRIAS - CIVIL	3.233.000,00	1.720.359,33	1.704.431,71	1.689.683,84	99,07	98,22
15 DIÁRIAS - MILITAR	70.000,00	245.005,20	242.005,20	241.019,70	98,78	98,37
30 MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	4.727.489,00	4.384.582,00	1.580.830,47	1.410.375,85	36,05	32,17
36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	23.710.073,00	28.305.823,55	26.406.450,55	26.367.968,63	93,29	93,15
37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.231.428,00	8.004.985,00	4.705.604,12	3.509.167,46	58,78	43,84
40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	6.399.496,00	11.279.321,00	8.798.187,31	5.837.250,30	78,00	51,75
46 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	73.726.616,00	80.294.251,82	80.111.312,74	80.111.312,74	99,77	99,77
47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	407.500,00	694.310,70	683.563,90	551.071,94	98,45	79,37
91 SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	10.500,00	10.500,00	10.500,00	100,00	100,00
92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.751.000,00	2.427.987,94	1.791.356,03	1.791.356,03	73,78	73,78
93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	16.324.082,00	45.802.220,28	45.447.351,34	45.440.425,14	99,23	99,21

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

Relativamente ao Grupo de Despesa Investimentos, tem-se o seguinte detalhamento:



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2022
LEI Nº 17.860, de 29/12/2021
Consolidado por Órgão e Elemento

Acumulado até: DEZEMBRO
PERCENTUAL S/ AUTORIZADO

Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA	21.175.603,00	21.916.115,00	25.487.699,42	25.112.926,07	91,10	89,76
30 MATERIAL DE CONSUMO	48.045,00	87.905,00	19.800,00	19.800,00	22,52	22,52
35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	3.700.507,00	201.642,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	118.520,00	118.520,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	17.349.333,00	715.288,36	318.183,36	0,00	44,48	0,00
51 OBRAS E INSTALAÇÕES	397.681,00	1.187.673,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.160.617,00	5.890.411,00	5.679.950,65	5.623.360,66	96,43	95,47
93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	19.775.275,64	19.469.765,41	19.469.765,41	98,46	98,46

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

Convém destacar, quanto à despesa com pessoal, no exercício sob comento, a manutenção da preocupação relativa ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo sido executado um montante que representa 4,03% da RCL, estando, pois, abaixo do limite de alerta de 5,40% e do limite prudencial de 5,70%, previstos na Lei Complementar nº 101/2000.



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES OUTROS

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), no exercício de 2022, não recebeu nenhum recurso por transferências mediante convênios, acordos, ajustes, termos de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição.

Eis, em síntese, o que se tinha a relatar.

Atenciosamente,

Rafaella Lopes Ferreira
Secretária de Planejamento e Gestão



Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – Tribunal de Justiça

ANEXO

A seguir é apresentado o Relatório de imóveis do TJCE.

IMÓVEIS - TJCE

ITEM	COMARCA	NOME DO IMÓVEL	ENDEREÇO
1	ABAIARA	FÓRUM DR. LUIZ DE BORBA MARANHÃO	RUA JOÃO FELINTO DE SOUSA, S/N
2	ACARAPE	FÓRUM DRA. FRANCISCA ODALEIA CARNEIRO FONTENELE	RUA CHICO VIEIRA, S/N
3	ACARAÚ	ANTIGO FÓRUM	PRAÇA MANUEL DUCA DA SILVEIRA
4	ACARAÚ	FÓRUM MONSENHOR SABINO LIMA FEIJÃO	RUA FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA, S/N, MONSENHOR SABINO
5	ACARAÚ	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA SANTO ANTONIO, 1495 – CENTRO
6	ACOPIARA	FÓRUM PROFESSOR FRANCISCO UCHOA DE ALBUQUERQUE	RUA CICERO MANDU, S/N
7	ACOPIARA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA TIBÚRCIO SOARES, 420 – CASA 01 – CENTRO
8	ACOPIARA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA TIBÚRCIO SOARES, 437 – CASA 02 – CENTRO
9	AIUABA	ANTIGO FÓRUM	RUA RAIMUNDO DIAS DE OLIVEIRA, 50
10	AIUABA	FÓRUM DES. CARLOS FACUNDO	RUA JOSÉ DE MORAIS FEITOSA, S/N
11	AIUABA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA ARMANDO ARRAIS FEITOSA, Nº 06, CENTRO
12	ALCÂNTARAS	FÓRUM DR. JOSÉ GERARDO FROTA PARENTE	RUA FRANCISCO CUNHA, S/N, SÃO JOSÉ
13	ALTANEIRA	FÓRUM DES. JOSÉ EDUARDO MACHADO DE ALMEIDA	RUA PADRE LUIS ANTÔNIO, S/N
14	ALTO SANTO	FÓRUM GOVERNADOR CÉSAR CALS	RUA CORONEL SIMPLICIO BEZERRA, 32
15	ALTO SANTO	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	R. JOÃO QUINCÓ, 272 – CENTRO
16	ALTO SANTO	TERRENO VIZINHO DA CASA DO PROMOTOR	RUA JOÃO QUINCÓ, S/N
17	AMONTADA	FÓRUM DES. JULIO CARLOS DE MIRANDA BEZERRA	RUA MANUEL MARTINS TEIXEIRA, 1310 / ESQUINA COM RUA MARIA BELO
18	AMONTADA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA MARTINS TEIXEIRA, S/N
19	AMONINA DO NORTE	FÓRUM VALDEMAR LINARD DE LIMA	RODOVIA CE 373
21	APIARÉS	FÓRUM DES. MÁRIO PEIXOTO DE ALENCAR	AVENIDA GOMES DA SILVA, S/N
22	AQUIRAZ	ANTIGO FÓRUM - JUIZADO ESPECIAL	RUA VIRGÍLIO COELHO, 112
23	AQUIRAZ	FÓRUM ESCRIVÃO MANOEL FLORENCIO FILHO	AVENIDA AUGUSTO SA
24	AQUIRAZ	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA GAROUPA
25	AQUIRAZ	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA KANGATI, 10
26	AQUIRAZ	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA ENÉIAS DE ALMEIDA
27	ARACATI	ANTIGO FÓRUM	RUA CORONEL ALEXANZITO, 789
28	ARACATI	TERRENO DESTINADO A CONSTRUÇÃO DO NOVO FÓRUM	TERRENO NO LOT. VILA GREGA, MEDINDO 100,00M X 50,00M
29	ARACATI	FÓRUM MINISTRO JESUS COSTA LIMA	TRAVESSA FELISMINO FILHO, 1079
30	ARACATI	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA CASTELO, 1312
31	ARACATI	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA CASTELO, 1310
32	ARACATI	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL	RUA CORONEL ALEXANDRINO, 1224
33	ARACOIABA	FÓRUM DES. VICENTE BESSA	AVENIDA TIRADENTES,1449
34	ARACOIABA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA RAIMUNDO DE CASTRO DA SILVA, S/N
35	ARACOIABA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	R. LUIZ RIBEIRO, 50 – PLANALTO ARACOIABA
36	ARARENDA	FÓRUM MONSENHOR FRANCISCO SOARES LEITÃO	RUA PREFEITO FRANCISCO LANDIM, S/N
37	ARARIPE	FÓRUM DES. FRANCISCO HUGO ALENCAR FURTADO	AV. ANTÔNIO VALENTIN DE OLIVEIRA, S/N
38	ARARIPE	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	AV. VICENTE ALENCAR, S/Nº – CENTRO
39	ARARIPE	FÓRUM DES. JOSÉ MARIA DE MELO	RUA JÚLIO PEREIRA, 30
40	ARATUBA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA JÚLIO PEREIRA, Nº 30, FORQUILHA
41	ARNEIROZ	FÓRUM DOUTOR FRANCISCO SUENON BASTOS MOTA	TRAVESSA CORONEL VIRGILIO TAVORA, S/N
42	ASSARÉ	ANTIGO FÓRUM	RUA PADRE EMÍLIO CABRAL, 320-A
43	ASSARÉ	FÓRUM DES. EDMILSON CRUZ	CEL. FRANCISCO GOMES, S/N, PEDRA DE FOGO
45	ASSARÉ	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA MARIA DE JESUS OLIVEIRA, Nº 03 - CENTRO
45	ASSARÉ	TERRENO DESTINADO A CONSTRUÇÃO DO NOVO FÓRUM	RUA MARIA DE JESUS OLIVEIRA, Nº 03 - CENTRO

46	AURORA	FÓRUM DES. JAIME ALENCAR ARARIPE	RUA CORONEL JOSÉ LEITE, S/N
47	AURORA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA MARIA CORAÇÃO BEZERRA, Nº 07
48	BAIXO	FÓRUM DES. A AGUEDA PASSOS RODRIGUES MARTINS	PRAÇA DOS TRÊS PODERES, S/N
49	BAIXO	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA CEL. FRANCISCO LUIZ, S/Nº – CENTRO
50	BANABUIÚ	FÓRUM ESCRITORA RACHEL DE QUEIROZ	AVENIDA QUEIROZ PESSOA, S/N
51	BARBALHA	ANTIGO FÓRUM	RUA PRINCESA ISABEL, 118-A
52	BARBALHA	FÓRUM DR. ROTSENAIDIL DUARTE FERNANDES TAVORA	RUA ZUCA SAMPAIO, S/N
52	BARBALHA	TERRENO DESTINADO A CONSTRUÇÃO DO NOVO FÓRUM	RUA PRINCESA ISABEL, S/N
53	BARBALHA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA MARIA ILDUARA, 707
54	BARBALHA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA MARIA ILDUARA, 693
55	BARREIRA	FÓRUM DR. LUCAS ALVES DE MELO	RUA PAULO JACÓ, 190
56	BARRO	FÓRUM DOUTOR NORMANDO ALVES FEITOSA	AVENIDA FRANCISCO AUDEIRLEY CARDOSO, S/N
57	BARRO	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA CRISANTINA MONTEIRO DINIZ C/ AV. JANUÁRIO FEITOSA
58	BARROQUINHA	FÓRUM DES. EVANDRO NOGUEIRA LIMA	AVENIDA MARIA DIAMANTINAS VERAS, S/N
59	BATURITÉ	ANEXO FÓRUM	RUA PADRE ANTONIO PINTO, S/N
60	BATURITÉ	ANTIGO FÓRUM	AVENIDA OUVIDOR-MOR VITORINO S. BARBOSA
61	BATURITÉ	FÓRUM GOVERNADOR VIRGÍLIO TAVORA	PRAÇA WALDEMAR FALCÃO, S/N
62	BATURITÉ	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DES. JOÃO DE DEUS	AVENIDA SETE DE SETEMBRO, 949
63	BATURITÉ	PRÉDIO	TRAVESSA 14 DE ABRIL
64	BATURITÉ	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	AV. OUVIDOR-MOR VITORIANO SOARES BARBOSA, S/Nº (1)
65	BATURITÉ	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	AV. OUVIDOR-MOR VITORIANO SOARES BARBOSA, S/Nº (2)
66	BATURITÉ	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	AV. OUVIDOR-MOR VITORIANO SOARES BARBOSA, S/Nº (3)
67	BEBERIBE	FÓRUM DES. BOANERGES DE QUEIROZ FACÓ	RUA JOAQUIM FACÓ, 244, NOVO PLANALTO
68	BEBERIBE	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	R. JOAQUIM FACÓ, 208 – NOVO PLANALTO
69	BEBERIBE	TERRENO DESTINADO A CONSTRUÇÃO DO RESIDÊNCIA	RUA DEPUTADO RAIMUNDO QUEIROZ FERREIRA
70	BELA CRUZ	FÓRUM DES. EDMILSON DA CRUZ NEVES	RUA SANTA CRUZ, S/N, CENTRO
71	BELA CRUZ	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA CAPITÃO MIGUEL LOPES, S/Nº
72	BELA CRUZ	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	R. JOSÉ XEREZ DE SOUSA S/N
73	BOA VIAGEM	ANTIGO FÓRUM	RUA JOSÉ RANGEL DE ARAÚJO, S/N
74	BOA VIAGEM	FÓRUM DES. JULIO CARLOS DE MIRANDA BEZERRA	RUA RAIMUNDO PEREIRA BATISTA, S/N, VARZEA DO CANTO
74	BOA VIAGEM	TERRENO DESTINADO A CONSTRUÇÃO DO NOVO FÓRUM	RUA ERNESTO PEREIRA DE SOUSA, S/N
76	BREJO SANTO	ANTIGO FÓRUM	RUA JOSÉ MATIAS SAMPAIO, 274
77	BREJO SANTO	FÓRUM GOVERNADOR PLÁCIDO ADERALDO CASTELO	RUA ANTONIO FIORENTINO DE ARAÚJO, S/N, SÃO FRANCISCO
78	BREJO SANTO	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA MANUEL TIBURTINO FILHO, Nº 303
79	BREJO SANTO	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA MANUEL TIBURTINO FILHO, S/N
80	BREJO SANTO	TERRENO DESTINADO A CONSTRUÇÃO DO NOVO FÓRUM	AVENIDA JOÃO INÁCIO DE LUCENA, S/N
81	CAMOCIM	FÓRUM DR. ALCINO AGUIAR ROCHA	RUA VINTE E QUATRO DE MAIO, 657
82	CAMOCIM	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA DA INDEPENDÊNCIA Nº 561 A – CENTRO
83	CAMOCIM	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA DA INDEPENDÊNCIA, Nº 561 B – CENTRO
84	CAMPOS SALES	FÓRUM DES. PEDRO PINHEIRO DE MELO/ CARTÓRIO ELE	RUA MANOEL MORAIS, 81
85	CAMPOS SALES	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA ENEAS ARRAES, Nº 394 - CENTRO
86	CANINDÉ	ANTIGO FÓRUM	RUA LARGO FRANCISCO XAVIER DE MEDEIROS
87	CANINDÉ	FÓRUM DR. GERÔNIO BRÍGIDO NETO	RUA DR. GERÔNIO BRÍGIDO NETO, 266
89	CANINDÉ	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	R. GERÔNIO BRÍGIDO NETO, 685
90	CANINDÉ	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	R. CELIO MARTINS Nº 714, IMACULADA CONCEIÇÃO
91	CANINDÉ	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA JOÃO PINTO DAMASCENO, 268
92	CAPISTRANO	ANTIGO FÓRUM	R. CEL. FRANCISCO NUNES CAVALCANTE
93	CAPISTRANO	FÓRUM DES. AURINO AUGUSTO DE ARAUJO LIMA	RUA JOSÉ SARAIVA SOBRINHO, S/N, CENTRO
94	CAPISTRANO	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	R. ANTÔNIO FERNANDES BEZERRA S/N – CENTRO
95	CARIDADE	FÓRUM DES. CARLOS FACUNDO	RUA CORONEL FRANCISCO LINHARES, 361

96	CARIDADE	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	R. CEL. FRANCISCO LINHARES S/N
97	CARIRÉ	FÓRUM DES. FRANCISCO PASTEUR DOS SANTOS	RUA VEREADOR MANUEL HONÓRIO DE BRITO, S/N
98	CARIRÉ	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	R. MANUEL HONÓRIO DE BRITO, S/N – CENTRO
99	CARIRIACU	FÓRUM DES. VALDETÁRIO PINHEIRO MOTA	RUA LUIZ BEZERRA, S/N
100	CARIRIACU	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA LUIZ BEZERRA, S/Nº - PARAÍSO
101	CARIUS	FÓRUM DR. JOSÉ MARIA DE VASCONCELOS MARTINS	RUA VEREADOR BENEDITO DE OLIVEIRA, S/N
102	CARIUS	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	PRAÇA DA REPÚBLICA, 22 - CENTRO
103	CARNAUBAL	FÓRUM DES. FRANCISCO DE ASSIS NOGUEIRA	RUA JOSÉ BARROSO, 143
104	CARNAUBAL	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA 22 DE JULHO, S/N – CENTRO
105	CASCABEL	FÓRUM DES. CARLOS FACUNDO	RUA PROFº JOSÉ ANTONIO DE QUEIROZ, S/N
106	CASCABEL	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO, 508
107	CASCABEL	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	AV. JOÃO MOREIRA DE PAULA, 2240, COHAB
108	CATARINA	FÓRUM DES. JOSÉ ARI CISNE	RUA JOÃO FERREIRA DOS SANTOS, S/N
109	CATARINA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA JOAQUIM LEOPOLDO ARAÚJO CHAVES, S/Nº
110	CATUNDA	FÓRUM SENADOR JOAQUIM CATUNDA	RUA ANTONIO TIMBO, S/N
111	CAUCAIA	1ª UNIDADE JUIZADO ESPECIAL	RUA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, 251, CENTRO, 61600-110
112	CAUCAIA	ANTIGO FÓRUM	RUA JUACI SAMPAIO PONTES, 2091
113	CAUCAIA	FÓRUM DES. JOAQUIM OLÍMPIO DA SILVEIRA CARVALHO	RUA 15 DE OUTUBRO, S/N, NOVO PABUSSÚ
114	CAUCAIA	PRÉDIO	RUA 15 DE NOVEMBRO
115	CAUCAIA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA JOSÉ ROCHA, Nº 483
116	CAUCAIA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA JOSÉ ROCHA, Nº 521
117	CAUCAIA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA JOSÉ ROCHA, Nº 503
118	CEDRO	FÓRUM FRANCISCO GILSON VIANA MARTINS	RUA CORONEL JOÃO CÂNDIDO, 578
119	CEDRO	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA AZARAI ALVES DINIZ, Nº 129 – CENTRO
120	CHAVAL	FÓRUM DES. JOSÉ ARI CISNE	RUA MAJOR FIEL, 299
121	CHAVAL	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	PRAÇA MONSENHOR CARNEIRO, 83, CENTRO
122	CHAVAL	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	R. ZEFERINO COSTA S/N.
123	CHORÓ	FÓRUM DR. ROBERTO DO QUEIROZ	RUA UNIVERSITÁRIA, S/N
124	CHOROZINHO	FÓRUM DR. JOSÉ LINDIVAL DE FREITAS	AVENIDA DOUTOR LUIZ COSTA, S/N
125	CHOROZINHO	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	AV. DR. LUIZ COSTA S/N, BAIRRO LEIRÕES
126	COREAÚ	FÓRUM DR. ADEMAR MENDES BEZERRA	RODOVIA CE 071
127	COREAÚ	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA CEL. ANTÔNIO TELES, S/N
128	COREAÚ	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	CONJUNTO COHAB – S/N.
129	CRATEÚS	ANTIGO FÓRUM	GALERIA GENTIL CARDOSO, S/N
130	CRATEÚS	FÓRUM DES. LUIZ GERARDO DE PONTES BRÍGIDO	AVENIDA EDILBERTO FROTA, 2291
131	CRATEÚS	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA GENTIL BARREIRA, Nº 716
132	CRATEÚS	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	AV. DR. MOREIRA DA ROCHA, 1821
133	CRATEÚS	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	R. EDILBERTO FROTA, 1819 – FÁTIMA II
134	CRATO	FÓRUM DES. HERMES PARAHYBA	RUA ÁLVARO PEIXOTO DE ALENCAR, S/N
135	CRATO	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 03
136	CRATO	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 04
137	CRATO	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 05
138	CRATO	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 02
139	CRATO	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO, AV. PEDRO GONÇALVES DE NORÕES, 280 - BAIRRO GRANGEIRO, CASA 01
140	CROATÁ	FÓRUM DR. HIPOLITO MORAES ROCHA	RUA VEREADOR RAIMUNDO DE ABREU, S/N
141	CROATÁ	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	R. VEREADOR RAIMUNDO RIBEIRO DE ABREU S/N
142	CRUZ	FÓRUM DES. JOSÉ ARI CISNE	AVENIDA ANTÔNIO MUNIZ NETO, 01
143	CRUZ	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA 07 DE SETEMBRO S/N
144	DEP. IRAPUAN PINHEIRO	FÓRUM DR. FRANCISCO BARROSO GOMES	RUA CÂNDIDO BORGES, S/N
145	ERERÊ	FÓRUM DES. BOANERGES VIANA DO AMARAL	RUA JOSÉ PESSOA DE QUEIROZ, S/N, CENTRO

146	EUSÉBIO	FÓRUM DES. CARLOS FACUNDO	AVENIDA EUSÉBIO DE QUEIROZ, S/N
147	EUSEBIO	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA ISAIAS FACANHA, S/Nº - TIMBU
148	FARIAS BRITO	FÓRUM DES. JOSÉ MARIA DE MELO	RUA ANTÔNIO FERNANDES DE LIMA, 386
149	FARIAS BRITO	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA ANTÔNIO FERNANDES DE LIMA, Nº 404
150	FORQUILHA	FÓRUM DR. LUÍS MARTINS VIANA	AVENIDA CRIANÇA DANTE VALÉRIO, S/N
151	FORQUILHA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	AV. CRIANÇA DANTE VALÉRIO, S/Nº - CENTRO
152	FORTALEZA	FÓRUM CLOVIS BEVILAQUA	RUA DES. FLORIANO BENEVIDES, 220, EDSON QUEIROZ
153	FORTALEZA	JUIZADO DA MULHER	AV. DA UNIVERSIDADE, 3281, BENFICA
154	FORTALEZA	1ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL	RUA DR. JOÃO GUILHERME, 257, ANTÔNIO BEZERRA
155	FORTALEZA	2ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL	AV. GODOFREDO MACIEL, 3100, MARAPONGA
156	FORTALEZA	3ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL	RUA HERMINIA BONAVIDES, S/N, VICENTE PINZON
157	FORTALEZA	ANTIGA 4ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL	AV. DA UNIVERSIDADE, 3288, BENFICA
158	FORTALEZA	4ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL (ANT. 8ª UNIDADE)	RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 2922, JOSÉ BONIFÁCIO
159	FORTALEZA	6ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL	RUA SANTA EFIGÊNIA, 299, MESEJANA
160	FORTALEZA	7ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL	RUA DES. JOÃO FIRMINO, 360, MONTESE
161	FORTALEZA	ANTIGA 10ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL (ANT. SEDE)	RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 1200/RUA SENADOR POMPEU, 1127 -CENTRO
162	FORTALEZA	10ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL (ANT. 16ª UNIDADE)	RUA MARIO MAMEDE, 1301, FÁTIMA
163	FORTALEZA	ANTIGA 11ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL	RUA DO LAGO, 340, TANCREDO NEVES
164	FORTALEZA	ANTIGA 13ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL	RUA DR. ALMEIDA FILHO, 636, MONTE CASTELO
165	FORTALEZA	14ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL	RUA CARLOS CHAGAS, 800, BOM SUCESSO
166	FORTALEZA	15ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL	AV. BENÚ MARCONDES, 421, CONJ. NOVA ASSUNÇÃO
167	FORTALEZA	17ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL	AV. GENERAL OSÓRIO DE PAIVA, 1220, PARANGABA
168	FORTALEZA	18ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL	AV. K, 130, 1ª ETAPA DO CONJ. JOSÉ WALTER
169	FORTALEZA	19ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL	RUA BETEL, 1330, ITAPERY
170	FORTALEZA	20ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL	RUA GENERAL BEZERRIL, 722, CENTRO
171	FORTALEZA	JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	RUA TABELIÃO FABIÃO, 114, PRESIDENTE KENNEDY
172	FORTALEZA	DEPÓSITO DE BENS APREENDIDOS	RUA JORGE DUMAR, 1517, BENFICA
173	FORTALEZA	CORREGEDORIA	AV. GAL. AFONSO ALBUQUERQUE LIMA, S/N
174	FORTALEZA	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	AV. GAL. AFONSO ALBUQUERQUE LIMA, S/N
175	FORTALEZA	SETIN	AV. GAL. AFONSO ALBUQUERQUE LIMA, S/N
176	FORTALEZA	CRECHE	RUA ROBERTO SILVA, 70, EDSON QUEIROZ
177	FORTALEZA	ESMEC	RUA RAMIRES MARANHÃO DO VALE, 70, EDSON QUEIROZ
178	FORTIM	FÓRUM DES. JOSÉ MAURI MOURA ROCHA	RUA JOAQUIM CRISÓSTOMO, S/N
179	FORTIM	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	AV. JOAQUIM CRISÓSTOMO Nº 1500 – CENTRO.
180	FRECHERINHA	FÓRUM JUIZ JOSÉ CAVALCANTE FILHO	AVENIDA JOAQUIM PEREIRA, 727
181	FRECHERINHA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA TENENTE ÂNGELO, 86, CENTRO
183	GENERAL SAMPAIO	FÓRUM DES. ADEMAR DO NASCIMENTO FERNANDES TÁ	TRAVESSA JOSÉ SEVERINO FILHO, S/N
184	GRAÇA	FÓRUM DES. RAIMUNDO HELIO PAIVA CASTRO	RUA EUCLIDES AUGUSTO RIBEIRO, 337
185	GRAÇA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	AV. JOSÉ CÂNDIDO DE CARVALHO, S/Nº - CENTRO
186	GRANJA	FÓRUM PROFESSOR OLAVO OLIVEIRA	RUA VALDOMIRO CAVALCANTE, S/N
187	GRANJA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	R. DEPUTADO CARVALHO ROCHA S/N, RESIDENCIA 01 – CENTRO.
188	GRANJA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	R. DEPUTADO CARVALHO ROCHA S/N, RESIDENCIA 02 – CENTRO.
189	GRANJEIRO	FÓRUM DR. ANTÔNIO RUBENS SOARES CHAGAS	RUA FRANCISCO MONTEIRO GRANJEIRO, S/N
190	GROAÍRAS	FÓRUM DES. JOSÉ MARIA DE MELO	RUA PRINCESA ISABEL, 1520
191	GROAÍRAS	MEMORIAL PADRE MORORO	RUA JOÃO GUARINO FEIJÃO, S/N
192	GROAÍRAS	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	R. JOSÉ F. DO NASCIMENTO, S/Nº - CAP. J. LINHARES
193	GUAIUBA	FÓRUM DES. FAUSTINO DE ALBUQUERQUE E SOUSA	RUA FAUSTO ALBUQUERQUE, S/N
194	GUARACIABA DO NORTE	FÓRUM DES. JOSÉ ARI CYSNE	RUA PADRE BERNARDINO MEMÓRIA, 322, CENTRO
195	GUARACIABA DO NORTE	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	R. NOSSA SENHORA DOS PRAZERES, 741 – CENTRO
196	GUARAMIRANGA	FÓRUM MINISTRO JOSÉ LINHARES	RUA JOAQUIM ALVES NOGUEIRA, S/N

197	HIDROLÂNDIA	FÓRUM DES. CARLOS FACUNDA	AVENIDA CLÁUDIO CAMELO TIMBÓ, S/N
198	HIDROLÂNDIA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA ANTONIO RODRIGUES MARROCOS, S/N
199	HORIZONTE	ANTIGO FÓRUM	AVENIDA FRANCISCO EUDES XIMENES, 241
200	HORIZONTE	FÓRUM MINISTRO IGNÁCIO MOACIR CATUNDA	RUA ANA NOGUEIRA LOPES, S/N
201	HORIZONTE	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA ANA NOGUEIRA LOPES 305 – CENTRO.
202	IBARETAMA	FÓRUM DR. FRANCISCO HOLANDA FROTA	RUA LUIZ CAMURÇA, S/N
203	IBIAPINA	FÓRUM DES. JOSÉ FERREIRA DE ASSIS	AVENIDA DEPUTADO ÁLVARO SOARES, S/N
204	IBIAPINA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	AV. SARGENTO JOÃO GOMES NETO, Nº 202 – CENTRO
206	IBICUITINGA	FÓRUM DES. JOSÉ MARIA DE MELO	AVENIDA CAPITÃO MANOEL ANTONIO, S/N
207	ICAPUI	FÓRUM JOSÉ MARJÉSIO DE ALENCAR BENEVIDES	AVENIDA CHICO FELIX, S/N
208	ICAPUI	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA DOS PORFIROS S/N – CENTRO
209	ICÓ	FÓRUM DES. FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA	AVENIDA JOSEFA NOGUEIRA MONTEIRO, 1760
210	ICÓ	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA B - LOTEAMENTO JOSÉ BARRETO, Nº 1472
211	ICÓ	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL (RESIDÊNCIA OFICIAL)	AV. JOSEFA NOGUEIRA MONTEIRO, Nº 1764 - CENTRO
212	IGUATU	FÓRUM DES. BOANERGES DE QUEIROZ FACÓ	RUA JOSÉ AMARO, S/N
213	IGUATU	JUNTA DE ALISTAMENTO MILITAR / BANCO DO BRASIL	AVENIDA AGENOR ARAÚJO, S/N
214	IGUATU	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA JULIO CAVALCANTE, S/N – BUGI.
215	IGUATU	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA JOÃO XXIII, Nº 35 - CENTRO
216	IGUATU	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA JOSÉ AMARO, 261 – BUGI.
217	IGUATU	TERRENO DESTINADO A CONSTRUÇÃO DA SEDE PROMO	RUA JOAQUIM EDILMAR AMARO
218	IGUATU	REVENDEDORA HONDA MOTOS	RUA FLORIANO PEIXOTO, 275
219	IGUATU	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL	AVENIDA DÁRIO RABELO, 977 BLOCO G – 1º ANDAR, 63502-253 – CAMPUS MULTI-INSTITUCIONAL HUMBERTO TEIXEIRA
220	INDEPENDÊNCIA	ANTIGO FÓRUM	RUA SANTA TERESINHA, 510, 63640-000
221	INDEPENDÊNCIA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA FREI VIDAL, Nº 535 – CENTRO
222	IPAPORANGA	FÓRUM CARLOS FACUNDO	RUA PEDRO CORREIA LEITÃO, S/N
223	IPAPORANGA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA PEDRO CORREIA LEITÃO DO BOM PRINCÍPIO/ESQUINA RUA JOÃO LUCIANO
224	IPAUMIRIM	FÓRUM DR. JADER NOGUEIRA SANTANA	CE 151- KM 21,30, S/N / VILA SÃO JOSE S/N, 63340-000
225	IPAUMIRIM	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA ANA ALEXANDRE, S/N – VILA BANCÁRIA
226	IPU	FÓRUM DR. FRANCISCO PEREIRA PONTES	RUA DOUTOR RAIMUNDO JUSTO RIBEIRO, 1020, PRAÇA SÃO SEBASTIÃO
227	IPU	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA JOANA MIMOSO, S/Nº - CAIXA D'ÁGUA
228	IPUEIRAS	FÓRUM DES. FRANCISCO GILSON VIANA MARTINS	RUA CORONEL GUILHERMINO, S/N
229	IPUEIRAS	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA VICENTE FERREIRA LIMA
230	IRACEMA	ANTIGO FÓRUM	RUA CELSO GOMES DA SILVA, 133
231	IRACEMA	FÓRUM JUIZ CÂNDIDO COUTO	AV. AUGUSTA CLEMENTINA DE NEGREIROS, S/N, JATOBÁ
232	IRACEMA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	R. ULISSES DE HOLANDA CAMPELO, 407 – CENTRO
233	IRACEMA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA GERVÁSIO HOLANDA GUERRA, Nº 1371
234	IRAUCUBA	FÓRUM PROFESSOR DOLOR BARREIRA	AVENIDA PAULO BASTOS, 631
235	IRAUCUBA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA JORGE DOMINGUES, S/Nº
236	ITAÍÇABA	FÓRUM DES. JOSÉ MARIA MOURA ROCHA	RUA VILA OLÍMPICA, 400 – SÃO FRANCISCO, CEP 62820-000
237	ITAÍTINGA	FÓRUM FRANCISCO HUGO ALENCAR FURTADO	AVENIDA CEL VIRGÍLIO TÁVORA, S/N
238	ITAÍTINGA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	R. FCO CORDEIRO DE OLIVEIRA Nº 1019 – CENTRO.
239	ITAPAJÉ	ANTIGO FÓRUM	RUA SÃO FRANCISCO, 104
240	ITAPAJÉ	FÓRUM DES. VIRGÍLIO FIRMEZA	RODOVIA BR 222, KM 121, S/N, LOTEAMENTO ASA BRANCA III, BAIRRO FERROS, 62607-000
241	ITAPIPOCA	ANTIGO FÓRUM	AVENIDA ANASTÁCIO BRAGA, 676-ALTOS
242	ITAPIPOCA	FÓRUM JOSÉ AIRTON TEIXEIRA	AVENIDA ESAU ALVES AGUIAR, 2011, FAZENDINHA
243	ITAPIPOCA	JUIZADO ESPECIAL	AVENIDA ANASTÁCIO BRAGA, 380
244	ITAPIPOCA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	PREMISLAU CAMERINO, Nº 68, COQUEIRO
245	ITAPIPOCA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA INOCÊNCIO BRAGA, 3779
246	ITAPIPOCA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA 07 DE SETEMBRO, 35
247	ITAPIUNA	FÓRUM DR. JOÃO VIANA DE ARAÚJO	RUA JOAQUIM CLEMENTINO SILVA, S/N

248	ITAPIUNA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	R.JOAQUIM CLEMENTINO SILVA, 55
249	ITAPIUNA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA JOAQUIM BEZERRA, 46, CENTRO
250	ITAREMA	FÓRUM DES. ERNANI BARREIRA PORTO	AV. RIOS, 440 - CENTRO
251	ITAREMA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	AV. RIOS, 410 – CENTRO
252	ITAREMA	RESIDÊNCIA PROMOTOR	AV. RIOS, S/N – CENTRO
253	ITATIRA	FÓRUM DR. CLODOALDO PINTO	RUA ANTONIO SABINO GUERRA, S/N
254	ITATIRA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA ANTONIO SABINO GUERRA, S/Nº
255	JAGUARETAMA	FÓRUM DES. CARLOS FACUNDO	RUA RIACHO DE SANGUE , 786
256	JAGUARETAMA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA ADOLFO BEZERRA DE MENEZES – CENTRO,
257	JAGUARIBARA	FÓRUM DRA. EMILIANA DE QUEIROZ TAMIARANA	PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 186
258	JAGUARIBE	FÓRUM PROMOTOR ANTONIO GARCIA GONDIM	AV. 08 DE NOVEMBRO,1261, CENTRO
259	JAGUARIBE	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	R. ALTO DO CRUZEIRO S/N
260	JAGUARUANA	FÓRUM DES. FRANCISCO NOGUEIRA SALES	RUA CORONEL RAIMUNDO FRANCISCO, 1402
261	JAGUARUANA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA CEL. RAIMUNDO FRANCISCO
262	JARDIM	FÓRUM DR. ELISEU BARROSO	RUA SANTO ANTONIO, S/N
263	JARDIM	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA SANTO ANTONIO, S/N
264	JATI	FÓRUM DES. ERNANI BARREIRA PORTO	AV. JOSÉ HUMBERTO ALCÂNTARA GONDIM, 145
265	JATI	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	AV. JOSÉ HUMBERTO ALCÂNTARA GONDIM, 145
266	JATI	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA SABINO PEREIRA, 38
267	JATI	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA SABINO PEREIRA, 68
268	JUOCA DE JERICOACOARA	FÓRUM DES. HUGO PEREIRA	TRAVESSA RAIMUNDO ALEXANDRE, CENTRO
269	JUAZEIRO DO NORTE	ANTIGO FÓRUM	RUA INTERVENTOR MAJOR ERIVANDO DA CRUZ, Nº 50, BAIRRO MATRIZ
270	JUAZEIRO DO NORTE	FÓRUM DES. JUVÊNCIO JOAQUIM DE SANTANA	RUA MARIA MARCONILIA PESSOA SILVA, 800, JARDIM GONZAGA
271	JUAZEIRO DO NORTE	NUCLEO DE CUSTÓDIA	RUA MANUEL MIGUEL DOS SANTOS, 130, LAGOA SECA
272	JUAZEIRO DO NORTE	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 01
273	JUAZEIRO DO NORTE	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 02
274	JUAZEIRO DO NORTE	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 03
275	JUAZEIRO DO NORTE	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 04
276	JUAZEIRO DO NORTE	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 05
277	JUAZEIRO DO NORTE	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 06
278	JUCÁS	FÓRUM DES. JOSÉ MARIA DE QUEIROZ	RUA JOSÉ FACUNDO LEITE, S/N
279	JUCÁS	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA MARIA DE LURDES, Nº 60 / RUA ORMECINDA CORREIA LEITE, S/Nº
280	LAVRAS DA MANGABEIRA	ANTIGO FÓRUM	RUA XAVIER ANGELO, 92
281	LAVRAS DA MANGABEIRA	FÓRUM DES. STÊNIO LEITE LINHARES	RUA VICENTE VELOSO DA SILVA, S/N
282	LAVRAS DA MANGABEIRA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA JOAQUIM VICENTE MACHADO
283	LAVRAS DA MANGABEIRA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA JOÃO LÚCIO SOBREIRA (RUA JOÃO LUDUGÉRIO SOBREIRA, Nº 118 – SISTEMA GUARDIÃO)
284	LIMOEIRO DO NORTE	ANTIGO FÓRUM	RUA CORONEL ANTONIO JOAQUIM, 2187
285	LIMOEIRO DO NORTE	FÓRUM DES. ANTONIO CARLOS COSTA E SILVA	RUA JOÃO MARIA DE FREITAS
286	LIMOEIRO DO NORTE	PROCURADORIA DO TRABALHO	AVENIDA CORONEL JOSÉ NUNES
287	LIMOEIRO DO NORTE	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA CEL. JOSÉ NUNES Nº 655 – CENTRO.
288	LIMOEIRO DO NORTE	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA CEL. JOSÉ NUNES Nº 633 – CENTRO
289	MADALENA	FÓRUM DES. FCO. HAROLDO RODRIGUES DE ALBUQUERQUE	RUA JOSÉ HOMERO SARAIVA, 51
290	MADALENA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	R. JOSÉ HOMERO DE PINTO, 81
291	MARACANAÚ	FÓRUM DES. EVANDRO NOGUEIRA LIMA	AV. DOS ESTRUTURANTES, S/N
292	MARACANAÚ	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL	RUA EDSON QUEIROZ
293	MARACANAÚ	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	AV. ESTRUTURANTE OESTE, S/Nº – CASA 1 - CENTRO
294	MARACANAÚ	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	AV. ESTRUTURANTE OESTE, S/Nº – CASA 2 - CENTRO
295	MARACANAÚ	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	AV. ESTRUTURANTE OESTE, S/Nº – CASA 3 - CENTRO
296	MARANGUAPE	ARQUIVO ELEITORAL – TRE	PRAÇA DES. PONTES VIEIRA, CENTRO
297	MARANGUAPE	FÓRUM DR. VALDEMAR DA SILVA PINTO	LOTEAMENTO NOVO MARANGUAPE, OUTRA BANDA

298	MARANGUAPE	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	AV DR. ARGEU BRAGA HERBSTER, S/Nº
299	MARANGUAPE	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA DR. ANGEL BRAGA REBSTER, S/Nº
300	MARCO	FÓRUM ED MOSSENHOR VALDIR LOPES DE CASTRO	RUA DEPUTADO FRANCISCO MONTE, S/N
301	MARCO	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA OSTERNO S/N – CENTRO.
302	MARTINÓPOLE	FÓRUM PADRE EMILIO SERAFIM	AV. CAPITÃO BRITO, CENTRO
303	MASSAPÉ	FÓRUM DR. LUIZ CARLOS MAGALHÃES AGUIAR	RUA APRIGIO COELHO
304	MASSAPÉ	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA SIGEFREDO ARRUDA S/N – CENTRO.
305	MAURITI	FÓRUM DES. AURINO AUGUSTO DE ARAUJO LIMA	RUA CAPITÃO MIGUEL DANTAS, 1000
306	MAURITI	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	AV. BURITI GRANDE, S/Nº – CENTRO
307	MAURITI	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA JOSÉ QUINTINO LEITE, 129
308	MERUOCA	FÓRUM DES. FRANCISCO AROLDO R. ALBUQUERQUE	RUA MONSENHOR FURTADO, S/N
309	MERUOCA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	AV. JOÃO SANFORD, S/N, CENTRO
310	MILAGRES	FÓRUM DES. RAIMUNDO BASTOS DE OLIVEIRA	RUA PALMEIRINDO MENDONÇA E SILVA, S/N
311	MILAGRES	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA SANDOVAL LINS, 184 - CENTRO
312	MILHÁ	FÓRUM ALFREDO BARREIRA FILHO	RUA FRANCISCO ANTONIO DA SILVA, 235
313	MIRAÍMA	FÓRUM DR. FRANCISCO JOSÉ MARTINS CÂMARA	AV. LINDOLFO BRAGA, 636, CENTRO
314	MISSÃO VELHA	FÓRUM DR. JOSÉ LIMA RIBEIRO	RUA CORONEL JOSÉ DANTAS, S/N
315	MISSÃO VELHA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA VEREADOR JOSÉ FERREIRA SOUSA, Nº 150
316	MOMBACA	ANTIGO FÓRUM	RUA ANESIA CASTELO MEIRELES, Nº 01, BAIRRO CENTRO
317	MOMBACA	FÓRUM CORONEL JOSÉ ADERALDO DE AQUINO	RUA SILVINO LOPES E SÁ BENEVIDES, S/N, VILA SALETE
318	MONSENHOR TABOSA	FÓRUM DOUTOR JOSÉ HELDER MESQUITA	RUA PRAÇA LUIZ ALVES DE MESQUITA, S/N
319	MONSENHOR TABOSA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA CORONEL EPIFÂNIO, Nº 02
320	MONSENHOR TABOSA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA JOÃO PAMPLONA S/Nº NO CENTRO
321	MORADA NOVA	FÓRUM DES. AGENOR STURDART GURGEL	AVENIDA MANOEL CASTRO, 680
322	MORADA NOVA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA RAIMUNDA NÉRI Nº 761
323	MORADA NOVA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA RAIMUNDA NÉRI Nº 779
324	MORAÚJO	FÓRUM BYRON DE FIGUEREDO FROTA	RODOVIA CE-071
325	MORRINHOS	FÓRUM DES AGUEDA PASSOS RODRIGUES MARTINS	RUA MONSENHOR ATAIDE, S/N
326	MORRINHOS	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	AV. CORAÇÃO DE MARIA S/N – SÃO LUIZ
327	MUCAMBO	FÓRUM DES. JULIO CARLOS DE MIRANDA BEZERRA	RUA VICENTE GOMES, S/N
328	MUCAMBO	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA VICENTE GOMES, S/Nº - CENTRO
329	MULUNGU	FÓRUM DES. RAIMUNDO BASTOS DE OLIVEIRA	RUA ANTENOR FROTA WANDERLEY, S/N
330	MULUNGU	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA ANTENOR FROTA WANDERLEY, S/Nº - CENTRO
331	NOVA OLINDA	FÓRUM DES. LEONIDAS FERREIRA DE SOUSA	RUA ALVIN ALVES, S/N, CENTRO (Av. Alvim Alves, nº 18 – GUARDIÃO)
332	NOVA RUSSAS	TERRENO DESTINADO A CONSTRUÇÃO DO NOVO FÓRUM	RUA EXPEDITO CHAVES, S/N, BAIRRO UNIVERSIDADE
333	NOVA RUSSAS	FÓRUM ESCRIVÃO ANTÔNIO BEZERRA DO VALE	RUA LEONARDO ARAÚJO, 1752
334	NOVA RUSSAS	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA LEONARDO ARAÚJO, 1761
335	NOVA RUSSAS	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA 9, Nº 63, BAIRRO COHAB
336	NOVA RUSSAS	TERRENO DESTINADO A CONSTRUÇÃO DO NOVO FÓRUM	RUA EXPEDITO CHAVES, S/N
337	NOVA RUSSAS	TERRENO DESTINADO A CONSTRUÇÃO DO NOVO FÓRUM	RUA ANASTÁCIO RODRIGUES DE CARVALHO
338	NOVO ORIENTE	ANTIGO FÓRUM	RUA DEOCLECIANO ARAÇÃO, 53
339	NOVO ORIENTE	FÓRUM DES. JOSÉ BARRETO DE CARVALHO	AVENIDA FRANCISCO RUFINO, S/N
340	NOVO ORIENTE	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA CAZUZA ROCHA, Nº 57
341	NOVO ORIENTE	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA CAPITÃO RODRIGUES, S/Nº
342	NOVO ORIENTE	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA COELHO DA SILVA, Nº 90
343	OCARA	FÓRUM DES RAIMUNDO HÉLIO DE PAIVA CASTRO	CEL JOÃO FELIPE (TV ANTÔNIO JOSÉ CORREIA, Nº 134, CENTRO
344	ORÓS	FÓRUM MINISTRO VICENTE LEAL DE ARAÚJO	AVENIDA JOSÉ FARES LOPES, S/N
345	ORÓS	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	R. EXPEDITO PAULINO DA SILVA, 09 – CENTRO
346	PACAJUS	FÓRUM DR. OTÁVIO FACUNDO BEZERRA	RUA LÚCIO JOSÉ DE MENEZES, S/N
347	PACAJUS	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA CEL. CÍCERO NOGUEIRA, Nº 363, CENTRO

348	PACAJUS	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA JOÃO AUGUSTO DE OLIVEIRA Nº 600
349	PACAJUS	TERRENO DESTINADO A CONSTRUÇÃO DO NOVO FÓRUM	RUA LÚCIO JOSÉ DE MENEZES, S/N
350	PACATUBA	FÓRUM DES RAIMUNDO CATUNDA	RUA CEL. JOSÉ LIBÂNIO, S/N
351	PACATUBA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA RAIMUNDO SIQUEIRA, Nº 2006 - CENTRO
352	PACATUBA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA URBANO PINHEIRO, Nº 1285 - CENTRO
353	PACOTI	FÓRUM GOV. WALDEMAR ALCANTARA E SILVA	RUA PADRE QUILIANO, 57
354	PACOTI	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA JOÃO HIPOLITO, 56
355	PACOTI	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA CASTELO BRANCO, S/N
356	PACUJA	FÓRUM DES. FRANCISCO HAROLDO R. DE ALBUQUERQUE	RUA DOMINGOS MARIANO, S/N
357	PALHANO	FÓRUM DES. JOSÉ MARIA DE MELO	AVENIDA POSSIDÔNIO BARRETO, S/N
358	PALMÁCIA	FÓRUM DES. EDGAR CARLOS DE AMORIM	RUA JOSÉ SIMPLÍCIO, S/N
359	PALMÁCIA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	TERRENO INTERNO
360	PALMÁCIA	RESIDÊNCIA OFICIAL (DEFENSOR)	RUA FRANCISCO QUEIROZ, S/Nº - CENTRO
361	PARACURU	FÓRUM DES FRANCISCO ADALBERTO DE OLIVEIRA BARRETO	AVENIDA JOÃO LOPES MEIRELES, S/N / RUA SÃO JOAO EVANGELISTA, 525 – CAMPO DE AVIAÇÃO, 62680-000
362	PARACURU	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA SÃO JOÃO EVANGELISTA, Nº 151
363	PARAIPABA	FÓRUM DES. HUGO PEREIRA	RUA DOMINGOS BARROSO, S/N
364	PARAIPABA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA EVARISTO GOMES, Nº 41 - CENTRO
365	PARAMBU	FÓRUM DES. JOAQUIM JORGE DE SOUSA FILHO	RUA LUIZ MOREIRA LIMA, S/N
366	PARAMBU	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA ABDIAS ALVES DE ARAÚJO, S/N, HORÁCIO A. HOLANDA
367	PARAMOTI	FÓRUM DES. JOSÉ MARIA DE MELO	RUA GONÇALVES SOARES, S/N
368	PEDRA BRANCA	FÓRUM DES. JOSÉ ALMIR DE CARVALHO	RUA FRANCISCO VIEIRA CAVALCANTE, S/N
369	PEDRA BRANCA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	AV. FRANCISCO VIEIRA CAVALCANTE, S/N
370	PENAFORTE	FÓRUM DOUTORA FRANCISCA ODALÉA C. FONTENELE	AV. ANA TEREZA DE JESUS, S/N
371	PENTECOSTE	FÓRUM DES. EURICO MONTEIRO	RUA ANTÔNIO MARTINS BANDEIRA, S/N
372	PENTECOSTE	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	AV. DR. MOREIRA DE AZEVEDO
373	PENTECOSTE	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	AV. TABELÃO FRANCISCO ALVES, Nº 134
374	PEREIRO	FÓRUM DES. RAIMUNDO NÉLIO DE PAIVA CASTRO	RUA CORONEL PORTO, S/N
375	PEREIRO	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	AV. JOÃO HOLANDA S/N – CENTRO
376	PEREIRO	TERRENO DESTINADO A CONSTRUÇÃO DO NOVO FÓRUM	AVENIDA JOSÉ MILTON DE MORAIS, S/N
377	PINDORETAMA	FÓRUM PROCURADOR JOSÉ VALE ALBINO	RUA ODILIO MAIA GONDIM, S/N
378	PIQUET CARNEIRO	FÓRUM DES. CARLOS DEMÓSTENES FERNANDES	RUA ANTONIO FERNANDES, S/N
379	PIRES FERREIRA	FÓRUM DES. JOSÉ MAURI MOURA ROCHA	AVENIDA PRESIDENTE CASTELO BRANCO, S/N
380	PORANGA	FÓRUM DES. JOSÉ MARIA DE MELO	RUA EPIFÁCIO PINHO, S/N
381	PORANGA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	AV. DR. EPIFÁCIO DE PINHO, S/N
382	PORTEIRAS	FÓRUM ESCRIVÃO JOSÉ PEREIRA DA SILVA SOBRINHO	RUA PREFEITO ANTÔNIO DENGUNHO DE SANTANA, 30
383	PORTEIRAS	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA JOÃO PIRES DOS SANTOS, S/Nº - CENTRO
384	POTENGI	FÓRUM DR. LUIZ RODRIGUES NETO	RUA ANTONIO GUEDES NETO, S/N
385	POTENGI	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	RUA MÃE DOS SANTOS, S/N
386	POTIRETAMA	FÓRUM DESEMBARDOR JOÃO DAMASCENO FONTENELE	RUA EXPEDITO LEITE DA SILVA, 50
387	QUITERIANÓPOLIS	FÓRUM DES. JOAQUIM JORGE DE SOUSA FILHO	RUA JOSÉ COSTA LIMA, S/N
388	QUIXADÁ	ANTIGO FÓRUM	RUA JOSÉ JUCA (2º PAV. DO PRÉDIO DO BANCO DO BRASIL), S/N
389	QUIXADÁ	FÓRUM DES. AVELAR ROCHA	AVENIDA JESUS MARIA JOSÉ, S/N, BAIRRO DOS MONÓLITOS
390	QUIXADÁ	JUIZADO ESPECIAL CIVIL E CRIMINAL DR ELIZEU BARRO	AVENIDA PLÁCIDO CASTELO, 2028
391	QUIXADÁ	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA CARLOS JEREISSATI, Nº 772
392	QUIXADÁ	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA DIVINO ESPÍRITO SANTO, Nº 1107
393	QUIXADÁ	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA TRAVESSA TIRADENTES, 229
394	QUIXELÔ	FÓRUM DES. ALBELMAR RIBEIRO DA CUNHA	RUA MARIA JÚLIA DO NASCIMENTO (ANTIGA R. DAS PALMEIRAS), S/N
395	QUIXELÔ	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA SÃO FRANCISCO, S/Nº - CENTRO
396	QUIXERAMOBIM	FÓRUM DES. JOSÉ PIRES DE CARVALHO	AVENIDA DR. JOAQUIM FERNANDES, 670
397	QUIXERAMOBIM	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA DR. MIGUEL PINTO, Nº 423

398	QUIXERAMOBIM	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	AV. GERALDO BIZARRIA, 1003.
400	QUIXERÉ	FÓRUM DES. RAIMUNDO LUSTOSA CABRAL	RUA MANOEL GONÇALVES, S/N
401	QUIXERÉ	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA MANUEL GONÇALVES Nº 231 – CENTRO
402	REDENÇÃO	FÓRUM VICENTE NOGUEIRA SALES	RUA PADRE BARROS, 264
403	REDENÇÃO	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA PADRE BARROS, S/Nº - CENTRO
404	REDUTABA	FÓRUM DES. FRANCISCO HAROLDO RODRIGUES DE ALBUQUERQUE	AVENIDA JOSÉ CASSIMIRO DE ALBUQUERQUE, S/N
405	REDUTABA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA AGRÍPIO TEODORO, S/Nº - BARRO VERMELHO
406	RUSSAS	ANTIGO JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	RUA PADRE ZACARIAS RAMALHO, 137/ RUA CEL. PERDIGÃO SOBRINHO, S/N
407	RUSSAS	ANTIGO FÓRUM	TRAVESSA JOÃO NOGUEIRA COSTA, S/N
408	RUSSAS	FÓRUM JUIZ MOACIR DE SOUZA ROCHA	AV. ANTONIO GONÇALVES FERREIRA, S/N, BAIRRO TABULEIRO DO CATAVENTO OU BAIRRO GUANABARA, 62900-000 (VIZINHO A UIRAPURUS)
409	RUSSAS	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	AV. BEJAMIN CONSTANT/AV. IRMÃ MARIA DAS GRAÇAS, Nº 294 – CENTRO,
410	RUSSAS	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA DR. JOSÉ RAMALHO Nº 1335 – CENTRO
411	SABOIEIRO	FÓRUM DES. JOSÉ FREIRE MODESTO FERRAZ	RUA VEREADOR ELISIO FLORENTINO TEIXEIRA, S/N
412	SABOIEIRO	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA VEREADOR ELÍZIO FLORENTINO, S/N
413	SABOIEIRO	TERRENO DESTINADO A CONSTRUÇÃO DO NOVO FÓRUM	RUA MANOEL DE PAULA FERNANDES VIEIRA
414	SALITRE	FÓRUM DR. LUIZ BEZERRA DE MENEZES	RUA SÃO FRANCISCO, S/N
415	SANTA QUITÉRIA	ANTIGO FÓRUM	RUA JOÃO RODRIGUES PINTO, Nº 392
416	SANTA QUITÉRIA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	AV. JOAQUIM EURICO LOBO, S/Nº – CASA 01 – PRIMAVERA
417	SANTA QUITÉRIA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	AV. JOAQUIM EURICO LOBO, S/Nº – CASA 02 - PRIMAVERA
418	SANTA QUITÉRIA	FÓRUM ESCRITÓRIO MARIA ELIANE FERNANDES GOMES	AV. PROJETADA 01, ESQUINA COM UMA RUA PROJETADA 04
419	SANTANA DO ACARAÚ	FÓRUM	RUA MANOEL JOAQUIM Nº S/N
420	SANTANA DO ACARAÚ	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA MANOEL JOAQUIM Nº S/N
421	SANTANA DO CARIRI	FÓRUM MINISTRO CÉSAR ASFOR ROCHA	RUA JOAQUIM TAVORA, S/N
422	SANTANA DO CARIRI	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA DEPUTADO FURTADO LEITE, S/Nº - CENTRO
423	SÃO BENEDITO	FÓRUM DOUTOR FRANCISCO RUBENS BRANDÃO	RUA DR. FRANCISCO RUBENS BRANDÃO, S/N, BAIRRO CORRENTE
424	SÃO BENEDITO	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA MONSENHOR CUSTÓDIO, 1560
425	SÃO BENEDITO	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA TABAJARA, 1560 – BAIRRO CORRENTE, DE FRENTE PARA RUA FRANCISCO BRANDÃO
426	SÃO GONÇALO DO AMARAÚ	FÓRUM DES. JOSÉ JUCA FILHO	RUA EDITE MOTA, S/N
427	SÃO GONÇALO DO AMARAÚ	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA JOSÉ OURIVES, 180
428	SÃO GONÇALO DO AMARAÚ	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA AURINEIDE VIANA, Nº 328 ESQUINA COM RUA FILOMENA MARTINS – BAIRRO SANTA CRUZ
429	SÃO JOÃO DO JAGUARIBE	FÓRUM MILTON CHAVES E SILVA	RUA DANIEL RODRIGUES, 547
430	SÃO LUIS DO CURU	FÓRUM DR. CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA	RUA FLORÊNCIO TABOSA, S/N
431	SÃO LUIS DO CURU	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	TRAVESSA MIQUELINO LOPES S/N – CENTRO.
432	SENADOR POMPEU	ANTIGO FÓRUM	RUA MARCONÍLIO GOMES DE FREITAS, S/N
433	SENADOR POMPEU	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	R. FCO. LEANDRO, 80
434	SENADOR POMPEU	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	R. ADONIAS MANO DE CARVALHO, S/N
435	SENADOR POMPEU	FÓRUM DR. FRANCISCO BARROSO GOMES	AVENIDA SENADOR CARLOS JEREISSATI
436	SENADOR SA	FÓRUM DR. LUIZ CARLOS MAGALHAES AGUIAR	AV. VINTE E TRES DE AGOSTO, S/N
437	SOBRAL	ALBERGUE	RUA ANTÔNIO RODRIGUES MAGALHÃES, S/N
438	SOBRAL	ANTIGO FÓRUM	PRAÇA SENADOR FILGUEIRAS, S/N
439	SOBRAL	DEPOSITO JUDICIÁRIO	RUA ANTONIO RODRIGUES MAGALHÃES, 330
440	SOBRAL	FÓRUM DR. JOSÉ SABOYA DE ALBUQUERQUE	AVENIDA MONSENHOR ALOÍSIO PINTO, 1300
441	SOBRAL	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA MAR DEL PLATA – CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO – CASA 02
442	SOBRAL	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA MAR DEL PLATA – CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO – CASA 03
443	SOBRAL	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA MAR DEL PLATA – CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO – CASA 04
444	SOBRAL	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA MAR DEL PLATA – CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO – CASA 05
445	SOBRAL	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA MAR DEL PLATA – CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO – CASA 06
446	SOBRAL	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA MAR DEL PLATA – CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO – CASA 01
447	SOLONÓPOLE	FÓRUM DR. DOLOR UCHOÁ BARREIRA	AVENIDA PREFEITO JOSÉ SIFREDO PINHEIRO, 108, CENTRO
448	SOLONÓPOLE	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA ANTÔNIO OZIREZ PINHEIRO

449	SOLONOPOLE	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA Mª. FRANCELINA PINHEIRO LANDIM Nº 1046
450	TABULEIRO DO NORTE	TERRENO DESTINADO A CONSTRUÇÃO DO NOVO FÓRUM	RUA ZILTAMIR CHAVES
451	TABULEIRO DO NORTE	FÓRUM DR. ANTÔNIO GIOVANI DE ALENCAR	RUA MARIA ALARCON, 433
452	TABULEIRO DO NORTE	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA GERÔNIMO BATISTA Nº 4278, 08 DE JUNHO
453	TAMBORIL	FÓRUM DES. ANGENOR MONTE STUDARTH GURGEL	RUA JESUITA ADEODATO, S/N
454	TAMBORIL	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA TABELIÃ ANA ARAÚJO RIBEIRO, S/N
455	TARRAFAS	FÓRUM ANTONIO LEITE TAVARES	AVENIDA DOUTORA MARIA LUIZA LEITE, S/N
456	TAUÁ	SECRETARIA DA FAZENDA DO CEARÁ	AVENIDA CORONEL VICENTE ALEXANDRINO DE SOUZA, 10
457	TAUÁ	ANTIGO FÓRUM	RUA CEL. LOURENÇO FEITOSA, 211
458	TAUÁ	FÓRUM DR. FÁBIO AUGUSTO MOREIRA DE AGUIAR	AVENIDA ABGAIL CIDRÃO DE OLIVEIRA, S/N
459	TAUÁ	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA DOMINGAS GOMES, 74
460	TAUÁ	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA VALDIZAR ALEXANDRINO OLIVEIRA, Nº 406
461	TAUÁ	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA DONDON FEITOSA, 639
462	TEJUOCA	FÓRUM DES. FRANCISCO LEITE ALBUQUERQUE	JOSÉ ANDRADE DE SOUSA, 329
463	TIANGUÁ	TERRENO DESTINADO A CONSTRUÇÃO DO NOVO FÓRUM	RUA MESSIAS AGUIAR, S/N
464	TIANGUÁ	FÓRUM DES. VALTER NOGUEIRA E VASCONCELOS	AVENIDA MOISES MOITA, S/N
465	TIANGUÁ	JUIZADO ESPECIAL	AVENIDA MOISES MOITA, S/N
466	TIANGUÁ	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	AV. MOISES MOITA, 555 – CENTRO
467	TIANGUÁ	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	AV. PREFEITO JAQUES NUNES, 1250 – CENTRO.
468	TIANGUÁ	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA CONSELHEIRO JOÃO LOURENÇO, 68
469	TRAIRI	FÓRUM DES. ALBEMAR RIBEIRO DA CUNHA	RUA FORTUNATO BARROSO, S/N
470	TRAIRI	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA MANOEL TEIXEIRA, Nº 120
471	TRAIRI	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	AV. CELSO BARROSO ESQUINA COM CEL. JOSÉ ARAGÃO, S/Nº
472	TURURU	FÓRUM DES. JULIO CARLOS DE MIRANDA BEZERRA	RUA PEDRO LEITÃO, 22, CENTRO
474	UBAJARA	FÓRUM DR. MOACIR GOMES SOBREIRA	AVENIDA CORONEL FRANCISCO CAVALCANTE, 149
475	UBAJARA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA ABDEL KARDER MAGALHÃES, Nº 112 - CENTRO
476	UMARI	FÓRUM DES. ERNANI BARREIRA PORTO	AVENIDA DOM QUINTINO, S/N
477	UMIRIM	FÓRUM DES. STENIO LEITE LINHARES	RUA CARLOS ANTONIO SALES, S/N
478	UMIRIM	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA CARLOS ANTONIO SALES, S/N
479	URUBURETAMA	FÓRUM	RUA MAJOR SALES, 697
480	URUBURETAMA	TERRENO DESTINADO A CONSTRUÇÃO DO NOVO FÓRUM	AVENIDA MAJOR SALES, S/N, ITAMARATY – LOTEAMENTO ITAMARATY
481	URUBURETAMA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	CE-243 - KM 07
482	URUBURETAMA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	TRAV. JOAQUIM ÁVILA, Nº 122
483	URUOCA	FÓRUM DES. CARLOS FACUNDO	RUA JOÃO RODRIGUES, 219
484	URUOCA	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA BOA VISTA S/N – CENTRO
485	VARJOTA	FÓRUM DR. LÚCIO GONÇALVES BRASIL	RUA MANOEL RODRIGUES TAVARES, S/N
486	VARJOTA	TERRENO DESTINADO A CONSTRUÇÃO DO NOVO FÓRUM	RUA MONSENHOR JOSÉ ATAÍDE DE VASCONCELOS
487	VARZEA ALEGRE	ANTIGO FÓRUM	RUA PROFESSORA SOCORRO ROLIM, 60
488	VARZEA ALEGRE	TERRENO DESTINADO A CONSTRUÇÃO DO NOVO FÓRUM	RUA ESTÁDIO JUREMAL
489	VARZEA ALEGRE	TERRENO DESTINADO A CONSTRUÇÃO DO NOVO FÓRUM	RUA PADRE CÍCERO ESQUINA COM A RUA FRANCISCO CORREIA LIMA
490	VARZEA ALEGRE	FÓRUM DR. WILSON DE NOROES MILFORT	RUA RAIMUNDO SOBREIRA LIMA SOBRINHO (MUNDINHO SOBREIRA), S/N
491	VARZEA ALEGRE	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA IRACI BEZERRA, Nº 344 – VAZANTE
492	VIÇOSA DO CEARÁ	FÓRUM DES AGUEDA PASSOS RODRIGUES MARTINS	AV. JOSÉ FIGUEIRA, S/N
493	VIÇOSA DO CEARÁ	MEMORIAL CLÓVIS BEVILÁQUA	RUA PE. BEVILÁQUA, 639
494	VIÇOSA DO CEARÁ	RESIDÊNCIA OFICIAL JUIZ	RUA ANTÔNIO FELICIANO DE CASTRO, S/Nº (ATUAL RUA FONTENELE SOBRINHO, 1524) CENTRO
495	VIÇOSA DO CEARÁ	TERRENO DESTINADO A CONSTRUÇÃO DO NOVO FÓRUM	RUA FRANCISCO CALDAS, 548/556